



Universidade de Brasília

Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de Políticas Públicas

Departamento de Gestão de Políticas Públicas

ANA PAULA PEREIRA COELHO

**A INFLUÊNCIA DA DIREITA NA FORMULAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS  
PARA AS MULHERES: estudo de caso da gestão Damares Alves**

Brasília – DF

2025

ANA PAULA PEREIRA COELHO

**A INFLUÊNCIA DA DIREITA NA FORMULAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS  
PARA AS MULHERES: estudo de caso da gestão Damares Alves**

Monografia apresentada ao Departamento de  
Gestão de Políticas Públicas como requisito  
parcial à obtenção do título de Bacharel em  
Gestão de Políticas Públicas.

Professor/a Orientador/a: Rafael Antônio  
Rodrigues

Brasília – DF

2025

**ANA PAULA PEREIRA COELHO**

**A INFLUÊNCIA DA DIREITA NA IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS  
PARA AS MULHERES: estudo de caso da gestão Damares Alves**

A Comissão Examinadora, abaixo identificada, aprova o trabalho de Conclusão do Curso de  
Gestão de Políticas Públicas da Universidade de Brasília da aluna

**Ana Paula Pereira Coelho**

**Doutor, Rafael Antônio Rodrigues  
Professor Orientador**

**Doutor, Camilo Negri  
Professor Avaliador**

Brasília, 18 de fevereiro de 2025

## AGRADECIMENTOS

Eu, como uma mulher nascida em uma família que, como tantas outras, foi moldada por uma cultura patriarcal e, nos últimos anos, fortemente influenciada pela ideologia direitista, fui a primeira pessoa de toda minha família a ingressar em uma Universidade Federal. Agradeço à Deus, que permitiu que hoje eu esteja realizando um sonho de infância. Ele, a quem dou a graça de poder escrever a minha história.

À minha mãe, Luciana Pereira Coelho, mulher a quem devo a dádiva da vida, a quem dedico todas as minhas conquistas e quem, desde o primeiro segundo de sua existência, sentiu o fardo paralisante do machismo e continua lutando, incessantemente contra as suas consequências. É por meio da sua luta, mãe, que hoje carrego um fardo menos pesado.

Ao meu pai, que dispôs sua vida ao trabalho para abrir caminhos para eu chegar até a Universidade. Essa conquista, no entanto, se tornou solitária em momentos em que eu mais desejava seu reconhecimento e seu orgulho. Espero que estas reflexões sobre o impacto do machismo possam ser lidas também como um pedido de diálogo. Que o seu orgulho por mim, talvez nunca verbalizado, encontre espaço em seu coração e permita que possamos compartilhar este momento de realização juntos, ainda que tardiamente.

Ao meu namorado, Lucas Mateus Mendes Martins, que me incentivou a seguir em frente e que me lembrou da força que habita em mim, mesmo quando o caminho parecia mais árduo do que eu podia suportar. Obrigada por acreditar nos meus sonhos tanto quanto eu, e por me mostrar, todos os dias, que o amor verdadeiro fortalece e transforma.

À minha melhor amiga, Rebeca Maria Maciel Braz, cujo modo de viver exala a sede feminista.

Aos meus amigos de curso, Isabela Torres Ribeiro, Guilherme Vieira Rocha, Giovanna Rocha Rodrigues dos Santos e Thiago Santos da Silva Figueiredo, que fielmente me acompanharam durante todo o curso.

Ao meu professor orientador, Rafael Antônio Rodrigues, cujas palavras, sempre carregadas de sabedoria e humanidade, me inspiraram a escrever com propósito.

*Você é uma Bruxa pelo fato de ser mulher,  
indomável, desvairada, alegre e imortal.*

Robin Morgan

## **RESUMO**

O presente trabalho monográfico de conclusão de curso de Gestão de Políticas Públicas propõe-se analisar os efeitos da chamada direita sobre as demandas do movimento feminista, em especial o transfeminismo. O intuito é discutir as manifestações de crenças e valores conservadores em políticas públicas a partir do caso de Damare Alves enquanto Ministra da Mulher, Família e Direitos Humanos. Para tal, foi empregado como metodologia a Análise do Discurso de Linha Francesa, à luz da Ordem do Discurso, de Michel Foucault, que permite analisar o discurso em três níveis: sujeito, sentido e ideologia.

Palavras-chave: Conservadorismo. Feminismo. Políticas Públicas.

## **ABSTRACT**

This undergraduate thesis for the Public Policy Management course aims to analyze the effects of the so-called Right on the demands of the feminist movement, especially transfeminism. The aim is to discuss the manifestations of conservative beliefs and values in public policies based on the case of Damares Alves as Minister of Women, Family, and Human Rights. To this end, French Discourse Analysis was used as a methodology, in the light of Michel Foucault's Order of Discourse, which allows discourse to be analyzed on three levels: subject, meaning, and ideology.

Keywords: Conservatism. Feminism. Public policies.

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

MMFDH — Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos.

LGBTQIA+ — Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgênero, Queer, Intersexo, Assexual e outras identidades de gênero e orientações sexuais que não se encaixam no padrão cis-heteronormativo.

DSM – Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais.

CID – Classificação Internacional de Doenças.

ONGs – Organizações Não Governamentais.

ONU – Organização das Nações Unidas.

CMB – Centro da Mulher Brasileira.

PP-RJ – Partido Progressista, pelo Rio de Janeiro.

PFL – Partido da Frente Liberal

PSDB – Partido da Social Democracia

UDN – União Democrática Nacional

PSD – Partido Social Democrático

PTB – Partido Trabalhista Brasileiro

ARENA – Aliança Renovadora Nacional

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>8</b>
<b>1. NOVA DIREITA, VELHAS ESTRUTURAS.....</b>	<b>11</b>
<b>1.2. As expressões da direita no Brasil.....</b>	<b>13</b>
<b>1.3. A nova Direita Brasileira: como se manifesta o conservadorismo contemporâneo? .....</b>	<b>17</b>
1.3.1. Quem foi Damares Alves .....	20
1.3.2. Desvendando o Processo de Formulação de Políticas Públicas .....	20
<b>2. LUTE COMO UMA MULHER.....</b>	<b>24</b>
<b>2.1. Sobre a estrutura patriarcal .....</b>	<b>24</b>
<b>2.2. Feminismo e Políticas Públicas.....</b>	<b>27</b>
<b>2.3. Primeira onda feminista: Direitos Civis .....</b>	<b>28</b>
<b>2.4. Segunda onda feminista: o que é ser mulher? .....</b>	<b>31</b>
<b>2.5. Terceira onda feminista: grupos marginalizados como sujeitos políticos.....</b>	<b>33</b>
2.5.1. Transfeminismo .....	34
<b>3. O DISCURSO COMO MÉTODO DE PESQUISA.....</b>	<b>37</b>
<b>3.1. Organização discursiva .....</b>	<b>38</b>
3.1.2. Qual o perigo dos discursos se multiplicarem indefinidamente? .....	39
<b>4. COMO REVERBERA A VOZ CONSERVADORA? .....</b>	<b>41</b>
<b>4.1. A voz conservadora .....</b>	<b>41</b>
<b>4.2. A materialização da voz conservadora .....</b>	<b>45</b>
<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>49</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>54</b>

## INTRODUÇÃO

Durante séculos, as mulheres foram privadas do direito de ler, de escrever, de exercer sua cidadania, de participar da vida social e de arenas políticas, chegando, inclusive, a serem perseguidas como bruxas. Os primeiros fundamentos de políticas para mulheres surgiram apenas em 1789, após a Revolução Francesa, como reação a movimentos ativistas que denunciavam a privação de acesso aos direitos básicos. Nesse sentido, as políticas públicas para mulheres que existem hoje são resultado das lutas travadas ao longo da história pelo movimento feminista que, entre avanços e retrocessos, buscou garantir direitos fundamentais, como o direito à vida, à igualdade, à liberdade, bem como aos direitos políticos e civis.

O Brasil carrega heranças conservadoras e patriarcais remetidas ao colonialismo europeu. Com isso, diferentemente dos países do Velho Mundo, o feminismo brasileiro teve que dividir suas pautas com as lutas ligadas às mazelas sociais trazidas pelo período escravocrata. Atualmente, o Brasil vivencia um cenário de fortalecimento de discursos conservadores acompanhado de ascensões políticas em favor da manutenção de valores tradicionais em diversas instituições (CRUZ; KAYSEL; CODAS, 2015). Esse cenário contrasta com o avanço do movimento feminista e suas conquistas, gerando embates e divergências sobre o posicionamento de corpos, trabalho, família e sexualidade, além de questionamentos sobre a identidade das mulheres enquanto sujeitas do feminismo e a pluralidade de suas existências (NASCIMENTO, 2021).

A pastora, evangélica e advogada, Damares Alves, foi uma das principais representantes da nova direita durante o governo do ex-presidente Jair Bolsonaro. À frente do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH) no período de 2019 a 2022, Damares utilizou-se desta Pasta para “promover suas políticas públicas contra a ‘ideologia de gênero’ e em prol dos ‘direitos humanos para humanos de direitos.’” (HÜMMELGEN, 2022, p. 2). Enquanto formuladora de políticas públicas, não apenas imbuiu os valores conservadores em suas políticas, mas também se utilizou das estruturas discursivas para reforçar seus ideais direitistas, fortalecendo o imaginário da inferioridade feminina e da invisibilização da diversidade de mulheres que deveriam ser incluídas como público-alvo de sua luta.

Analisar a atuação dos gestores públicos, nesse sentido, torna-se fundamental já que são eles que atuam entre a formulação de políticas e sua execução prática, sendo “os políticos as figuras mais relevantes no processo de formulação com a faculdade de representar interesses de indivíduos e grupos sem voz, ou com pouca voz” (WU, X. et al, 2014, p.54). De acordo com

Ana Claudia Capella (2018), é na etapa de formulação de políticas públicas, propriamente dita, que são definidas as alternativas para lidar com os problemas públicos identificados na agenda política. “A definição das alternativas é o instrumento supremo de poder” (CAPELLA, 2018, p. 71 *apud* SCHATTSCHNEIDER, 1960, p. 68), à medida que algumas alternativas se destacam conforme preferência da autoridade política vigente. Por isso, este trabalho opta por se aprofundar na etapa de formulação de políticas, que também está conectada às outras fases que constituem o ciclo de políticas públicas.

O discurso político é uma ferramenta persuasiva que influencia a identificação de problemas e, conseqüentemente, a formulação de políticas públicas (CAPELLA, 2018). As narrativas políticas que moldam o imaginário político das direitas brasileiras remontam ao século XIX e devem ser analisadas a partir da compreensão da genealogia do conservadorismo (CRUZ; KAYSEL; CODAS, 2015). O discurso, nesse sentido, possui uma estrutura de poder capaz de legitimar “verdades” por meio de narrativas que podem não estar alinhadas com a realidade, influenciadas pelos interesses sociais e contextos históricos (FOUCAULT, 2002). Esta estrutura de poder consegue mascarar os próprios interesses que a sustentam e excluir perspectivas opostas às crenças e valores do sujeito que as ostenta.

Políticas públicas são definidas como o Estado em ação, ou seja, elas são a resposta (ou omissão) da ação estatal a partir de determinado anseio social. É importante atentar-se de forma especial para as demandas da vertente transfeminista, além da ótica puramente feminista. Isto porque o estudo do feminismo a partir de suas ondas reflete, em sua maioria, as demandas de mulheres privilegiadas (ZIRBEL, 2021), enquanto o transfeminismo apresenta uma visão diversa que também se conecta com “estruturas de opressão semelhantes [ao feminismo], tais como o patriarcado, o machismo e o sexismo, que, no decorrer da história, vêm subjuguando socialmente as experiências femininas” (NASCIMENTO, 2021, p. 16).

O transfeminismo, igualmente, busca pessoas que “engendrem esforços teóricos e políticos como aliados, em uma práxis revolucionária de combate ao sexismo e a dualidade de gênero” (NASCIMENTO, 2021, p. 58). Nesse sentido, ao apropriar-se de seus lugares de fala e silenciar suas produções epistemológicas, essa ascensão direitista, por meio de suas estruturas de poder, pode provocar um epistemicídio dos corpos trans, reforçando a urgência de uma investigação sobre este fenômeno.

Dessa forma, nos perguntamos sobre os modos em que as ideologias direitistas se manifestaram na formulação de políticas públicas para mulheres na gestão Damares Alves, que atuou como Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (2019–2022) durante o

governo de Jair Bolsonaro. Consequentemente, buscamos entender de que maneira o conservadorismo de Damares Alves impactou as conquistas do movimento feminista até aqui. É de suma importância reconhecer a pluralidade do feminismo, especialmente a vertente transfeminista, que reflete realidades interseccionais e inseparáveis ao movimento feminista. Para tanto, a análise proposta examina de que forma as diferentes dimensões do movimento feminista entraram em coalizão com as políticas e diretrizes conservadoras adotadas pelo governo Bolsonaro.

Deste modo, são três os objetivos que buscamos nesta monografia:

1. Identificar a presença das ideologias direitistas no perfil político de Damares Alves por meio de seus discursos e pronunciamentos oficiais;
2. Identificar como os valores e crenças conservadoras foram integrados nas políticas públicas formuladas para mulheres e implementadas durante a gestão de Damares Alves entre 2019 e 2022; e
3. Analisar de que forma as pautas feministas foram afetadas, especialmente as pautas da vertente transfeminista.

Para melhor compreensão dos temas abordados, este trabalho foi dividido em cinco capítulos. O primeiro apresenta o referencial teórico sobre a(s) direita(s), o conservadorismo, e suas manifestações no cenário político brasileiro. Na sequência, o segundo capítulo expõe o referencial teórico sobre o feminismo e sua luta ao longo da história do Brasil, abordando a vertente transfeminista. O terceiro capítulo se dedica à metodologia de pesquisa escolhida, detalhando o método de análise discursiva como instrumento de pesquisa e os procedimentos de coleta e análise dos dados. No quarto capítulo, a análise é realizada com base na metodologia proposta, examinando o objeto de estudo à luz do referencial teórico que foi exposto. Por fim, o quinto capítulo apresenta as considerações finais e a conclusão do trabalho, refletindo sobre os principais achados da pesquisa e suas implicações.

## 1 NOVA DIREITA, VELHAS ESTRUTURAS

As expressões direita e esquerda são de caráter posicional e possuem suas origens na Revolução Francesa, em 1789. De forma geral, a primeira expressão é associada àqueles que desejam a manutenção do *status quo*, e a segunda é atribuída àqueles que almejam a transformação da sociedade. Estas expressões derivaram da organização geográfica dos deputados durante a Assembleia Nacional Constituinte, onde à direita do ginásio localizavam-se os Girondinos — representantes da alta burguesia que defendiam a estabilidade francesa e a preservação ou o aumento do poder do rei, e ao lado esquerdo localizavam-se os Jacobinos — alinhados com a baixa burguesia e os trabalhadores, também radicais que pretendiam iluminar a sociedade a partir da completa ruptura com o passado e da construção de uma nova sociedade, uma nova natureza humana, cujos poderes reais seriam limitados.

No ano seguinte, em 1790, o filósofo e teórico político irlandês, Edmund Burke, ao realizar uma análise da Revolução Francesa, acabou por lançar as bases do pensamento conservador, traçando as características conservadoras “em torno de conceitos como ‘imperfeição humana’, ‘pluralismo’, ‘tradição’, ‘reforma’ e ‘sociedade comercial’” (COUTINHO, 2014, p. 18). De acordo com João Pereira Coutinho (2014), o conservadorismo possui duas dimensões: a política/ideológica e a comportamental. Essas dimensões são distintas e podem nem sempre coexistir no mesmo indivíduo, ou seja, pode existir um indivíduo que possua uma disposição comportamental conservadora e que, ao mesmo tempo, não seja adepto à ideologia política conservadora. Contudo, uma política conservadora tende a refletir traços da dimensão comportamental.

É possível, sem grandes dificuldades, identificar as características comuns dessa atuação política, que possui natureza posicional à direita. Para além dos valores conservadores, a direita passou a ser associada também à defesa da propriedade privada e à manutenção da ordem social, enquanto a esquerda se tornou sinônimo de progressismo e busca por igualdade. Segundo Cruz, Kaysel e Codas, “os termos esquerda e direita ganharam significados fortes, positivos e negativos para setores amplos da sociedade” (2015, p. 17), e essa percepção reflete a complexidade das realidades políticas e sociais que foram se desenvolvendo ao longo da história, ilustrando também a complexidade das interações políticas que perduram até hoje.

A direita é identificada por Norberto Bobbio (1994) como detentora de uma postura conservadora que busca a preservação das instituições e a manutenção da ordem social, e detentora, também, de uma inclinação ao individualismo e ao liberalismo econômico em defesa

da autonomia do mercado como princípio central. A direita é plural, não monolítica, e composta por diversas correntes de pensamento que vão desde o conservadorismo até o fascismo (LUKES, 2005), sendo caracterizada, no geral, como uma resposta à ameaça percebida que a esquerda representa, especialmente em contextos de mudança social e política. A direita, portanto, se organiza em torno de uma cultura que exalta a autoridade, a disciplina e a lealdade ao Estado.

James Gibson (2009), por sua vez, acrescenta que essa defesa da ordem social, da propriedade privada e da hierarquia é fundamentada na crença de que a desigualdade social é uma condição natural e, portanto, deve ser preservada. Essa visão é complementada por uma aversão a mudanças radicais, levando a direita a valorizar a tradição e a estabilidade como pilares fundamentais da sociedade.

A defesa da ordem, a valorização da tradição e a aversão às mudanças radicais são aspectos recorrentes que permeiam as diferentes correntes da direita. Além disso, a ideia de que a desigualdade é uma condição natural e a ênfase na propriedade privada são características que se manifestam de maneira consistente nas análises desses autores. É importante, nesse sentido, dialogar com a obra de Marcel Gauchet (2007), que relaciona a polarização ideológica ao colonialismo que, enquanto fenômeno histórico, não apenas moldou as relações de poder entre nações, mas também influenciou as concepções de identidade política, especialmente no que diz respeito à direita.

Gauchet defende que estas características centrais da direita são observadas na forma como as potências coloniais justificaram suas ações e se apresentaram como portadoras de civilização e progresso. Essa narrativa, que minimiza ou ignora as vozes e culturas dos povos colonizados, reflete uma visão de mundo que valoriza a desigualdade como uma condição natural e inevitável.

Além disso, a Direita reiteradamente se posiciona contra os movimentos de emancipação e autodeterminação, fundamentais para a luta contra o colonialismo. A resistência a essas mudanças é justificada por uma retórica que preconiza a estabilidade e a ordem, deslegitimando as aspirações dos povos colonizados. Essa postura revela uma característica intrínseca da direita: a defesa de desigualdades sociais e econômicas como sagradas e naturais, o que, segundo Gauchet (2007), é um dos pilares que sustentam a ideologia direitista.

A relação entre a direita e o colonialismo também se manifesta na forma como as ideologias políticas contemporâneas lidam com questões de identidade e pertencimento. A direita, em muitos contextos, reafirma uma identidade nacional que pode ser excludente, muitas

vezes em oposição a movimentos que promovem a diversidade e a inclusão. Essa dinâmica é percebida em países que enfrentam desafios relacionados à imigração, onde a direita utiliza-se frequentemente de uma narrativa nacionalista para mobilizar apoio contra a política migratória. Em contraposição, a esquerda tende a se alinhar com as lutas anticoloniais em prol da igualdade e da justiça social como valores centrais. A crítica ao colonialismo e a busca por reparações históricas são incorporadas aos movimentos esquerdistas, que veem a luta contra a opressão colonial como parte de uma luta mais ampla por direitos humanos e dignidade (GAUCHET, 2007).

As crises econômicas e a crescente globalização são fatores que permeiam a política contemporânea e desafiam as categorias tradicionais de esquerda e direita. De acordo com Gauchet (2007), a política atual possui identidades fragmentadas, onde novos partidos emergem e se fundem, desafiando as divisões tradicionais. Essa mudança, conforme o autor, é entendida como uma reação às desigualdades e injustiças próprias da sociedade moderna, levando a uma reavaliação das prioridades políticas.

## **1.2. As Expressões da Direita no Brasil**

Durante o Império, o Brasil vivenciou a formação inicial de suas correntes políticas. O liberalismo emergiu como resposta ao absolutismo de Dom Pedro I com força significativa em defesa da liberdade individual e da limitação do poder do Estado. Os liberais em sua maioria pertenciam às elites urbanas e buscavam reformas que garantissem representação política e descentralização de poder. No entanto, a divisão interna entre liberais radicais e moderados dificultou a consolidação de uma agenda unificada (CRUZ; KAYSEL; CODAS, 2015, p. 49) e se intensificou durante o período regencial, quando revoltas e instabilidade política levaram a uma busca por um governo mais centralizado.

Em seguida, o conservadorismo consolidou, na passagem dos anos 1830 para 1840, um Estado monárquico e centralista. Conservadores como o Visconde do Uruguai argumentavam que a estabilidade do Estado seria garantia de ordem social frente à desordem desencadeada pelo período regencial (CRUZ; KAYSEL; CODAS, 2015, p. 52). Isso resultou em um Estado que refletia resquícios do colonialismo, como a escravidão. O período imperial foi caracterizado, também, pela alternância de poder entre liberais e conservadores que se uniam e se confrontavam conforme o cenário de crise política.

Nesta esteira, a Era Vargas, que se estendeu de 1930 a 1945, foi um período de transformação significativa na política brasileira. A ascensão de Vargas ao poder se deu em um contexto de crise política e social, onde a Revolução de 1930 resultou na deposição do presidente Washington Luís. Então, ao assumir a presidência, Vargas optou por implementar reformas com vistas à modernização do Brasil e à promoção da industrialização. O Estado Novo, que emergiu em 1937, consolidou um regime caracterizado pela centralização do poder e pela repressão de opositores.

Desse modo, para Cruz, Kaysel e Codas (2015) a heterogeneidade do grupo dirigente que se organizou em torno de Getúlio Vargas foi um fator importante para a consolidação do Estado Novo. Este grupo incluía militares, conservadores, oligárquicos e intelectuais autoritários. Entre os militares, figuras como Góis Monteiro e Eurico Gaspar Dutra representavam a ala de apoio ao presidente e traziam uma perspectiva conservadora a esse regime. Paralelo a isso, o presidente e seu ministro da Justiça, Francisco Campos, pertenciam a uma elite política tradicional, que buscava manter seus interesses em um contexto de mudança. Além disso, a presença de intelectuais como Azevedo Amaral e Oliveira Vianna, que defendiam uma ideologia autoritária, contribuiu para a legitimação do Estado Novo. Foi essa diversidade de interesses e de ideologias que refletiu a necessidade de Vargas em construir uma coalizão ampla que sustentasse seu governo, resultando em um regime que, embora autoritário, buscava incorporar diferentes setores da sociedade.

A Era Vargas emergiu em um cenário de insatisfação com a política oligárquica da Primeira República e a Revolução de 1930 e foi impulsionada por um movimento tenentista que clamava por reformas e uma maior participação popular na política. O tenentismo representou uma nova geração de militares defendendo a necessidade de que as mudanças sociais e políticas fossem alcançadas por meio de uma agenda que incluía a industrialização e a inclusão dos trabalhadores no processo político (CRUZ; KAYSEL; CODAS, 2015). Essa nova perspectiva se articulou com o populismo, que se tornaria a característica mais conhecida do governo Vargas, isto porque mobilizava as massas em torno de um líder carismático.

Durante a década de 1930, Getúlio Vargas implementou uma sequência de reformas que promoviam a industrialização e a intervenção estatal na economia, visando modernizar a economia brasileira. O Estado Novo, instaurado em 1937, consolidou um regime autoritário que buscava controlar a oposição e centralizar o poder. Nesse contexto, o nacionalismo emergiu como ideologia central, refletindo a busca por autonomia econômica e a promoção de uma identidade nacional (CRUZ; KAYSEL; CODAS, 2015). Vargas utilizou um discurso

nacionalista para justificar suas políticas, apresentando-se como o defensor dos interesses do povo brasileiro contra as potências estrangeiras.

As ideologias políticas que emergiram durante a Era Vargas foram diversas e frequentemente conflituosas. O liberalismo se manifestava principalmente entre as oligarquias agrárias e os setores urbanos que defendiam a continuidade do modelo econômico baseado na exportação. No entanto, a crise de 1929 e a ascensão do Estado Novo levaram ao surgimento de correntes antiliberais em oposição ao Estado mínimo, defendendo maior intervenção governamental na economia (CRUZ; KAYSEL; CODAS, 2015).

A partir da influência tenentista, o corporativismo emergiu com o propósito de integrar os trabalhadores ao processo político sob a supervisão estatal. Com isso, surgiram estruturas sindicais que, embora reconhecessem os direitos dos trabalhadores, eram controladas pelo governo, o que refletia uma tentativa de conciliar interesses de diferentes classes sociais (CRUZ; KAYSEL; CODAS, 2015). O Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), fundado em 1945, exemplificou essa articulação, ao se posicionar como defensor dos direitos dos trabalhadores, enquanto o Partido Social Democrático (PSD) representava uma faceta mais conservadora e agrária do varguismo.

A polarização política entre varguismo e antivarguismo também foi uma característica marcante desse período. A União Democrática Nacional (UDN) se destacou como um partido de oposição que defendia a democracia liberal e criticava o intervencionismo estatal. Essa separação entre apoiadores e opositores refletiu as tensões entre diferentes visões de Brasil e de futuro (CRUZ; KAYSEL; CODAS, 2015).

A crise pré-1964 no Brasil foi marcada por tensões políticas e sociais que culminaram no golpe militar de 1964. Esse momento histórico é caracterizado por uma série de fatores que contribuíram para a desestabilização do governo de João Goulart e a unificação das direitas no cenário político brasileiro. A polarização social e política, marcada por uma crescente mobilização popular e a ascensão de movimentos sociais, foi um dos principais fatores que moldaram essa crise.

A renúncia de Jânio Quadros em 1961, que havia sido eleito com uma plataforma populista, desencadeou uma crise de poder que expôs as fragilidades do sistema político brasileiro da época. A chegada de João Goulart à presidência se deu em contexto de forte oposição e acentuou as divisões entre os diferentes grupos políticos. Ao propor a reforma agrária e a urbanização, para atender às demandas populares, Goulart enfrentou resistência de uma forte elite econômica que temia a perda de seus privilégios. Essa resistência se manifestou

na forma de uma mobilização organizada da direita, que se articulou em torno de uma agenda comum e uniu diferentes grupos, como empresários, militares e setores da Igreja Católica, todos preocupados com a possibilidade de uma radicalização política e social de suas propostas (RAMOS, 1961).

Nesse cenário, a mobilização popular se intensificou, reivindicando seus direitos e a participação ativa no debate político. As chamadas reformas de base propostas por Goulart polarizaram ainda mais a sociedade, dividindo-a entre aqueles que apoiavam as mudanças e os que se opunham a elas, que temiam a perda de poder e influência (REIS, 2001). A direita utilizou uma retórica anticomunista para deslegitimar as propostas de Goulart, associando-as a uma suposta ameaça comunista que poderia desestabilizar o país. Essa estratégia foi eficaz em mobilizar a opinião pública e criar um clima de medo e insegurança que favoreceu a intervenção militar.

A unificação das direitas não apenas fortaleceu sua posição política, mas também consolidou uma narrativa que justificava a necessidade de um golpe para restaurar a ordem e a segurança no país. O golpe de 1964 resultou na instauração de um regime militar que durou até 1985, sendo um período marcado por repressão política, censura e violação de direitos humanos. A direita, ao se unir em torno de uma agenda conservadora, conseguiu não apenas derrubar um governo democraticamente eleito, mas também moldar a política brasileira por décadas, estabelecendo um legado de desconfiança em relação às propostas progressistas e de esquerda.

O regime militar consolidou a direita como uma força hegemônica no Brasil. Durante esse período, a direita se organizou em torno de instituições como a Aliança Renovadora Nacional (ARENA), que defendia os interesses do capital financeiro e das elites econômicas. A relação entre a direita e as forças armadas se tornou um aspecto central, que atribuía aos militares um papel decisivo na política nacional (CRUZ; KAYSEL; CODAS, 2015).

Já na década de 1980, período de redemocratização, a direita passou por um processo de reconfiguração. A conversão de muitos setores da direita ao neoliberalismo foi uma resposta às novas demandas sociais e econômicas que emergiam no contexto da globalização. A formação de partidos como o Partido da Frente Liberal (PFL) e a ascensão do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) marcaram essa nova fase, onde a direita buscou se legitimar por meio de uma agenda econômica liberal (CRUZ; KAYSEL; CODAS, 2015).

A partir dos anos 2000, a direita brasileira começou a se articular novamente em resposta às políticas de governos populares, como os de Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff. O

orgulho direitista emergiu como uma nova força política, refletindo uma mudança na percepção da direita na sociedade brasileira. A polarização política se intensificou e a direita passou a se manifestar de forma mais agressiva, utilizando as redes sociais e mobilizações populares para expressar suas demandas (CRUZ; KAYSEL; CODAS, 2015).

A relação entre os diferentes partidos e ideologias da direita contemporânea é complexa e envolve uma diversidade de correntes que vão desde o liberalismo econômico até o conservadorismo social. Essa heterogeneidade é um reflexo das tensões internas e das diferentes tradições que compõem o campo da direita no Brasil, que, segundo Cruz, Kaysel e Codas “se põem diante de nós como uma esfinge” (2015, p. 73).

Atualmente, essa articulação da direita e as narrativas construídas durante o período pré-1964 ainda influenciam o cenário político brasileiro. A polarização política que se observa atualmente, com a ascensão de movimentos e partidos de direita, pode ser vista como uma continuidade desse processo histórico. A retórica anticomunista e a defesa de valores conservadores permanecem centrais na política brasileira, refletindo uma herança do passado que ainda ressoa nas disputas contemporâneas.

Além disso, a ascensão de figuras políticas que se identificam com a direita e a defesa de políticas neoliberais são, em parte, uma resposta ao legado do período militar e à forma como a direita se organizou e se articulou durante a crise pré-1964. A deslegitimação de propostas progressistas e a busca por uma agenda conservadora continuam a ser características marcantes do debate político no Brasil, evidenciando como a história molda as dinâmicas atuais.

### **1.3. A Nova Direita Brasileira: como se manifesta o conservadorismo contemporâneo?**

Desde a redemocratização do Brasil e do reconhecimento das necessidades dos grupos minoritários, iniciou-se levantes conservadores em defesa de seus valores e contra os avanços dessa institucionalidade emergente. Os avanços na legislação para as minorias tiveram seu bojo no período de 2011 a 2014, com a instituição de cotas raciais, a permissão de união civil entre pessoas do mesmo sexo e a permissão para interromper a gravidez de fetos anencéfalos. Este período também foi marcado pelo surgimento de diversos movimentos sociais, como a Marcha das Vadias, que suscitou debates entre os conservadores.

Dias, Bülow e Gobbi (2021) argumentam que apesar da falta de unidade, a partir de 2010 é possível identificar características comuns às várias linhagens do conservadorismo brasileiro que conseguiram unir os conservadores modernos (empresários e novas lideranças)

com a linhagem de conservadores tradicionais. São elas: a defesa da família como instituição de ordem, a defesa e restauração de valores morais, a postura contra o aborto e casamentos LGBTQIAP+, a condenação do Estado de bem-estar social, a defesa de leis mais duras contra crimes, a defesa do Estado mínimo e da desigualdade como algo natural e a contrariedade às ideologias de esquerda. Aqui no Brasil, este pensamento é associado ao liberalismo econômico e conflita com as ideias progressistas, revelando dificuldades em lidar com um mundo moderno e em constante transformação.

A partir deste período, os partidos conservadores começaram a recuperar espaço no Parlamento, culminando em um aumento significativo de suas representações. Em 2010, esses partidos conquistaram 36,3% das cadeiras na Câmara dos Deputados e, em 2014, esse número subiu para 43,5% (CRUZ; KAYSEL; CODAS, 2015). Esse crescimento é reflexo de uma mudança nas preferências eleitorais, tendo sido impulsionado por uma combinação de fatores que incluem crises econômicas, escândalos de corrupção e uma crescente insatisfação com a política tradicional. A esquerda brasileira, que dominou a política nacional durante os governos de Luiz Inácio Lula da Silva (2003 a 2011) e Dilma Rousseff (2011 a 2016), passou a enfrentar desafios significativos: historicamente associada à promoção de políticas sociais e à defesa dos direitos humanos, a esquerda viu sua popularidade diminuir em meio a crises econômicas e escândalos de corrupção. A incapacidade de responder adequadamente a essas crises contribuiu para a erosão de sua base de apoio, permitindo que a nova direita emergisse como uma alternativa viável (CRUZ; KAYSEL; CODAS, 2015, p. 118).

Foi, portanto, neste contexto que o conservadorismo voltou a se destacar no cenário político, trazendo consigo pautas contra a “ideologia de gênero”, contra o aborto e em defesa dos valores tradicionais. Essa ascensão da força conservadora foi selada no Brasil pelo resultado da eleição presidencial de 2018, que elegeu Jair Messias Bolsonaro como chefe do poder executivo. O Brasil, então, passou a estar sob o comando de um político com postura declaradamente direitista que revisitou um Estado fechado para o diálogo com diferentes ideologias, um discurso conservador e misógino e a organização de um aparato estatal tradicionalista e organizado contra os avanços progressistas conquistados, atingindo, diretamente, o movimento feminista.

As principais características desta nova direita brasileira incluem a articulação com diferentes segmentos da sociedade, a construção de uma retórica conservadora em questões de costumes e a aceitação de programas sociais. Ela se diferencia da direita tradicional porque busca inserir-se em coalizões de apoio a governos de esquerda, reconhecendo a importância de

programas sociais para a inclusão de setores populares à sua base eleitoral (CRUZ; KAYSEL; CODAS, 2015). Além disso, a nova direita utiliza as redes sociais massivamente para mobilizar apoio e disseminar suas ideias, permitindo-lhes alcançar os jovens, que se tornaram uma parte significativa de sua base de apoio.

Entre meados de 2013 e 2014, Jair Messias Bolsonaro, então deputado do Rio de Janeiro (PP-RJ), utilizou as redes sociais para mobilizar grupos de direita e influenciar debates sobre a aplicação do Marco Civil da Internet, aprovado e sancionado pela presidenta da república Dilma Rousseff. Este movimento transformou a internet em uma arena de disputa ideológica e marcou o surgimento e o modo de operação desta nova direita:

Nota-se que a maioria das pessoas que atacam ou defendem o Marco Civil desconhecem o conteúdo da lei em disputa. Ocorre mais a reprodução de postagens baseadas na confiança, reputação e simpatia, independente da verdade dos conteúdos. (...) O que se observa nas redes é a prevalência do senso comum que muitas vezes carrega a força das ideias capitalistas e a doutrina da mercantilização extrema. (CRUZ; KAYSEL; CODAS, 2015, p. 218)

Ainda em junho de 2013, a direita, por meio das redes sociais, se apropriou do movimento popular contra o aumento das tarifas de transporte público que, segundo Cruz, Kaysel e Codas, “utilizava técnicas de organização típicas da esquerda autonomista” (2015, p.219). Isso, somado aos escândalos de corrupção decorrentes da Operação Lava Jato, em 2014, fez com que a direita conquistasse maior apoio. Utilizando-se de hashtags e grupos em redes sociais, com uma narrativa que retratava os partidos como intrinsecamente corruptos, a direita se posicionou como uma alternativa “limpa” e “honestas” que ressoou para muitos cidadãos desiludidos e uniu pessoas em torno de valores conservadores, apresentando-se como a verdadeira voz do “povo” contra uma elite política corrupta.

Os impactos desta nova direita são profundos e multifacetados. É possível observar, com isso, a criação de um cenário político polarizado e hostil. A ascensão dessa nova corrente política leva a uma reavaliação das prioridades governamentais, com um foco maior em questões de segurança pública, moralidade e uma crítica ao “politicamente correto”. Essa mudança de foco pode resultar em uma diminuição do investimento em programas sociais que foram uma marca dos governos de esquerda, em favor de políticas mais conservadoras e punitivas (CRUZ; KAYSEL; CODAS, 2015, p. 121). Além disso, a nova direita promove uma agenda que prioriza a liberdade econômica e a redução da intervenção estatal, o que pode impactar diretamente como as políticas públicas são formuladas e implementadas.

### 1.3.1. Quem foi Damares Alves

Para auxiliar o ex-presidente Jair Bolsonaro na missão de “unir o povo, valorizar a família, respeitar as religiões e nossa tradição judaico-cristã, [e] combater a ideologia de gênero, conservando nossos valores” (DISCURSO, 2018), a evangélica Damares Alves foi convidada para assumir a Pasta da Mulher, Família e Direitos Humanos. Intitulando-se como mãe, advogada, educadora e pastora evangélica, Damares foi ministra entre 2019 e 2022, ano em que pediu demissão do cargo para disputar a vaga ao Senado. É importante destacar que a Medida Provisória n.º 870/2019, que possui “força de lei” conforme o artigo 62 da Constituição Federal, estabeleceu as competências de cada ministério. No caso do Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos (MMFDH), a estrutura inclui a gestão de oito Secretarias Nacionais, responsáveis pelas seguintes áreas: Proteção Global, Família, Criança e Adolescente, Juventude, Pessoa Idosa, Mulher, Pessoa com Deficiência e Igualdade Racial.

Damares Alves figura entre os defensores do conservadorismo no governo Bolsonaro, caracterizado pelo nacionalismo exacerbado, pelo autoritarismo estatista e pela moral cristã tradicional (LUNA, 2023). No entanto, a sua nomeação para o cargo evidencia uma contradição quando se considera seu histórico político.

De acordo com Ortega (2019), Damares Alves defende a classificação do aborto como crime hediondo e prevê auxílio financeiro para mulheres que engravidarem em decorrência de violência sexual. Também, adota oposição ao ensino da chamada ideologia de gênero nas escolas e apresenta visão deturbada sobre o movimento feminista. Tudo isso reflete um perfil conservador rigidamente normativo e desprovido de embasamento científico.

Mais do que preservar valores tradicionais, o posicionamento declarado por Damares reforça identidades hegemônicas e impõe barreiras àqueles que se desviam desse padrão cultural dominante. Para isso, Damares adota um discurso performativo e populista, que confere legitimidade simbólica aos movimentos anti-gênero e desqualifica lutas emancipatórias (ORTEGA, 2019).

### 1.3.2. Desvendando o Processo de Formulação de Políticas Públicas

As políticas públicas são definidas como o conjunto de ações e decisões (sobre ação e/ou omissão) tomadas por governos e instituições públicas que visam atender as demandas da

sociedade. As políticas públicas representam a resposta do Estado sobre os anseios sociais e são instrumentos de promoção do bem-estar social. Segundo WU, X. et al. (2014), as políticas públicas podem ser entendidas como a “ação do Estado”, que pode se manifestar em diferentes esferas, como a social e a econômica.

O processo de políticas públicas envolve uma complexa e dinâmica interação entre diversos atores, incluindo o governo, a sociedade civil e o setor privado (WU, X. et al, 2014). De acordo com Coutinho (2014), para além de meras respostas a problemas sociais, as políticas públicas são o reflexo das relações de poder entre os diferentes grupos sociais. Assim, o processo das políticas públicas deve considerar não apenas os objetivos explícitos, mas também as dinâmicas políticas e sociais que influenciam sua criação e execução.

A partir de 1980 surgiu uma onda de estudos, no campo das Ciências Sociais, que tinha como objetivo a análise do papel do Estado sobre os processos políticos, sociais e econômicos (FONTES, 2023). Essa onda de estudos, conforme Skocpol (1985), propunha o Estado como elemento central das transformações sociais e políticas. Sob esta perspectiva, a organização da vida pública e das formas coletivas com que os grupos realizam seus objetivos não surgem das sociedades sozinhas, mas sim dos pontos de encontro do Estado com a sociedade. Conseqüentemente, a formação de fenômenos socioeconômicos e grupos de interesses ou classes sociais depende em grande medida das estruturas e das atividades do Estado, e isto é denominado neo-institucionalismo (FONTES, 2023).

O neo-institucionalismo, portanto, é uma ferramenta de análise da ação do Estado e das políticas públicas por ele produzidas. Isto porque o Estado, por meio de suas instituições, consegue influenciar “diretamente a cultura política, a estratégia dos atores e a própria agenda de questões a serem objeto de políticas públicas” (FONTES, 2023, p. 6) (MARQUES, 1997), e pode não se restringir apenas a responder às demandas impostas pela sociedade. A interação entre Estado e os agentes sociais, portanto, fica à mercê de um ambiente institucional específico responsável por mediar a relação entre as estratégias dos atores e a implantação de determinadas políticas públicas. Nesse sentido, a existência e o desenho das instituições permitem que as demandas tenham resultados diversos dependendo do desenho institucional (MARQUES, 1997 *apud* IMMERGUT, 1993). O neo-institucionalismo, dessa forma, é uma abordagem teórica que enfatiza o papel das instituições na modelagem do comportamento dos atores sociais e na formulação de políticas públicas. Essa perspectiva sugere que as instituições não apenas estabelecem as regras do jogo, mas também influenciam as interações entre os diversos atores envolvidos no processo político.

O ciclo das políticas públicas é um modelo descritivo das etapas que atravessam a concretização de uma política pública, desde sua formulação até sua avaliação. Este modelo é amplamente utilizado na literatura clássica, sendo desenvolvido por diversos autores ao longo do tempo que são considerados precursores, como Harold Lasswell, que em 1951 propôs uma abordagem sistemática para a análise de políticas, e David Easton, que enfatizou a importância do processo decisório (FONTES, 2023 *apud* LASSWELL, 1951; EASTON, 1965). O modelo de ciclo é, geralmente, dividido em quatro etapas: formação da agenda, formulação de alternativas, implementação e avaliação: a formação da agenda envolve a identificação de problemas, enquanto a formulação de alternativas diz respeito ao desenvolvimento de soluções e propostas ao problema em tela. A formulação de políticas públicas é uma importante etapa, ao ser o momento em que se busca desenvolver alternativas para enfrentar problemas identificados na agenda governamental (WU. X, et al, 2014).

O conceito de formulação de políticas públicas utilizado no contexto deste trabalho difere das descrições mais tradicionais e lineares do processo de construção de políticas, que costumam atribuir início e fim a essa fase. Aqui, o termo refere-se a um processo que abrange todas as fases da política pública, conforme mostra Capella (2018). Dessa forma, a busca por novas soluções pode ocorrer antes mesmo de um problema ser formalmente inserido na agenda e se prolongar além da tomada e implementação de decisões, englobando também a avaliação de estratégias existentes e potenciais para enfrentar questões públicas (WU, X. et al, 2014) (CAPELLA, 2018).

*A formulação de políticas públicas frequentemente transmite a imagem de alguma atividade de alto nível realizada por um pequeno grupo de dirigentes (nomeados e eleitos); e há certa verdade nessa caracterização. Os dirigentes políticos (ministros de gabinete em sistemas parlamentares e secretários de departamentos ou ministros em sistemas presidencialistas) geralmente são as figuras mais proeminentes e publicamente visíveis envolvidas na formulação de políticas, especialmente em questões de alto destaque (WU, X. et al, 2014, p. 53, itálico nosso)*

Para Capella (2018), a fase de formulação de políticas pode refletir tanto a atuação do dirigente como porta-voz das demandas sociais quanto seus interesses pessoais. Entender o processo de formulação possibilita uma compreensão sobre as transformações nas políticas públicas, o envolvimento dos atores, suas ideias, crenças e o próprio processo de elaboração de políticas. As crenças e valores do formulador de políticas se manifestam no contexto da questão entendida como problema, compreendendo os entendimentos socialmente construídos, como as

concepções, imagens e outras referências utilizadas para produzir sentido sobre o mundo. Assim, as crenças e valores influenciam como os problemas são percebidos e como as soluções são formuladas, refletindo a visão de mundo do formulador de políticas (CAPELLA, 2018).

## 2 LUTE COMO UMA MULHER

### 2.1. Sobre a Estrutura Patriarcal

A caça às bruxas é um fenômeno simbólico ocorrido no período de transição entre o feudalismo e o capitalismo (entre os séculos XV e XVII), proeminentemente na Europa, especialmente em regiões como a Alemanha, França, Inglaterra, Escócia e Suíça. Estes séculos contribuíram para a formação do sistema colonial global, pois foi neste período que ocorreu a expansão europeia e potências como Portugal e Espanha começaram a colonizar as Américas, partes da África e da Ásia. Para além da Europa, este modo sistemático de opressão às mulheres se espalhou para as colônias americanas, onde as práticas e crenças europeias foram adaptadas a cada contexto social e cultural.

Segundo Silvia Federici (2004), a caça às bruxas foi uma forma brutal de repressão às mulheres que teve o objetivo de erradicar as práticas femininas consideradas subversivas e dismantelar as redes de apoio e solidariedade entre as mulheres. As chamadas “curandeiras” — mulheres que praticavam a cura a partir de ervas e remédios naturais — eram vistas como ameaça à medicina e à autoridade masculina. Também as mulheres que participavam do mercado de trabalho e que possuíam propriedades foram punidas por afirmar a independência econômica feminina e por desafiar os papéis subalternos impostos à mulher. As redes de apoio entre mulheres foram consideradas formas de rebeldia à autoridade patriarcal e a repressão buscava fragmentar estas redes, instigando desconfiança e rivalidade.

A ascensão capitalista promoveu a acumulação primitiva de capital e envolveu a expropriação violenta de terras e recursos. A partir do século XVI, com a crescente privatização das terras e a transformação das relações de trabalho, as mulheres que tradicionalmente desempenhavam papéis centrais na produção e na manutenção das comunidades, foram sendo progressivamente despojadas de suas funções e direitos. A perda das terras comunais e a reorganização da vida familiar, que priorizava a criação de crianças em detrimento do cuidado com os idosos, resultaram em uma deterioração das condições de vida das mulheres, especialmente das mais velhas que se tornaram mais vulneráveis e frequentemente eram alvos de acusações de bruxaria (FEDERICI, 2004 *apud* MACFARLANE, 1970).

Essa desvalorização das contribuições sociais e econômicas das mulheres foi acompanhada pela demonização de suas práticas de cura e conhecimento, que eram vistas como ameaças à nova ordem capitalista. Essa dinâmica não apenas marginalizou as mulheres, mas

também contribuiu para a construção de uma narrativa que as apresentava como seres inferiores e perigosos, justificando sua perseguição e repressão.

Se consideramos o contexto histórico no qual se produziu a caça às bruxas, o gênero e a classe dos acusados, bem como os efeitos da perseguição, podemos concluir que a caça às bruxas na Europa foi um ataque à resistência que as mulheres apresentaram contra a difusão das relações capitalistas e ao poder que obtiveram em virtude de sua sexualidade, seu controle sobre a reprodução e sua capacidade de curar. (FEDERICI, 2004, p. 309 e 310)

Durante este período, a Europa viveu um aumento nas acusações de bruxaria, com estimativas de que cerca de 100.000 pessoas foram processadas e, entre elas, aproximadamente 50.000 foram executadas (FEDERICI, 2004 *apud* KAMINSKY, 1997). A repressão das mulheres também estava ligada à necessidade de controlar a produção e a reprodução. A nova ordem capitalista exigia uma divisão sexual do trabalho que relegava as mulheres a papéis subalternos, limitando sua participação na economia e na vida pública. Essa divisão foi reforçada pela ideologia patriarcal que via as mulheres como responsáveis apenas pelo cuidado da casa e da família, enquanto os homens eram considerados os provedores e os detentores do poder (MIES, 1986).

Além disso, Federici (2004) destaca que a caça às bruxas foi uma estratégia deliberada utilizada pelas autoridades coloniais para instigar o medo e a desconfiança entre as comunidades, desmantelando resistências coletivas e silenciando vozes dissidentes. Essa estratégia de controle social se manifestou tanto na Europa quanto nas colônias, onde as mulheres eram as principais vítimas da repressão. A acusação de bruxaria funcionava como uma forma de desumanização, permitindo que as autoridades justificassem a violência e a opressão contra aqueles que desafiavam a ordem estabelecida (FEDERICI, 2004 *apud* SILVERBLATT, 1987)

A colonização das Américas, que se estendeu do final do século XV até o início do século XIX, iniciada com as expedições de Cristóvão Colombo em 1492, também reproduziu a lógica opressora europeia, afirmando condições de subjugação que permanecem até os dias atuais. A partir do século XVI, a colonização foi acompanhada por um processo de “cristianização”, que não só visava converter as populações indígenas ao cristianismo, mas também desmantelar suas estruturas sociais e culturais. A imposição desta nova ordem religiosa e social foi marcada pela desumanização das mulheres, que eram frequentemente acusadas de bruxaria. A figura da bruxa, segundo Federici (2004), simbolizava o medo da autonomia feminina e a necessidade de controlar a sexualidade e a reprodução das mulheres, tornando a

caça em mais uma forma de repressão política e social que buscava garantir a estabilidade da nova ordem capitalista emergente.

A imposição de um novo sistema econômico, baseado na agricultura de *plantation* e na exploração do trabalho escravo, teve um impacto devastador sobre as mulheres. As plantações, que se tornaram a espinha dorsal da economia colonial, dependiam de uma mão de obra que incluía não apenas homens, mas também mulheres e crianças. Federici (2004) destaca que “as mulheres foram reduzidas à condição de servas que trabalhavam como criadas para os encomendeiros, sacerdotes e corrigidores” (FEDERICI, 2004, p. 423). Essa exploração do trabalho feminino não se limitava apenas ao campo; as mulheres eram frequentemente forçadas a realizar tarefas domésticas e a cuidar dos filhos dos colonizadores, enquanto suas próprias necessidades e direitos eram ignorados.

Além disso, a legislação colonial desconsiderava frequentemente os direitos das mulheres. A nova legislação espanhola, que declarou a ilegalidade da poligamia, resultou na separação forçada de muitas mulheres de seus maridos, levando-as a uma condição de servidão (FEDERICI, 2004). As mulheres, portanto, eram vistas como propriedade e não como indivíduos com direitos.

Também eram vistas como ameaças à ordem colonial, sejam por sua sabedoria tradicional ou por sua capacidade de organização, sendo frequentemente perseguidas e acusadas de adorar o diabo (FEDERICI, 2004). Essa estratégia de terror não apenas eliminou líderes comunitárias, mas também instigou desconfiança e divisão entre as mulheres, dificultando a formação de alianças que poderiam desafiar a opressão colonial.

A interseção entre gênero e colonialismo é, portanto, um aspecto importante para entender a exploração das mulheres durante este período. Federici (2004) enfatiza que a opressão das mulheres não pode ser dissociada da exploração colonial mais ampla, pois ambas as formas de opressão estão enraizadas em uma lógica de controle e dominação que visa a acumulação de capital e poder (FEDERICI, 2004). Essa análise revela como as estruturas de poder colonial se entrelaçaram com as dinâmicas de gênero, resultando em uma experiência singular de exploração para as mulheres.

A opressão das mulheres indígenas e africanas não foi apenas uma consequência da colonização, mas uma parte integrante do processo de acumulação primitiva que sustentou o capitalismo emergente. A luta das mulheres contra essa opressão, conforme argumenta Federici (2004), é uma parte essencial da história da resistência. Apesar da brutalidade da repressão, as mulheres conseguiram preservar suas conexões com a terra, suas tradições e suas práticas

culturais, criando formas de resistência que perduraram ao longo dos séculos. Essa resistência é fundamental para entender a continuidade das lutas feministas contemporâneas, que buscam não apenas a igualdade de gênero, mas também a descolonização das relações sociais e econômicas (FEDERICI, 2004 apud STARHAWK, 1982). Federici argumenta que: “a bruxa já se foi, mas seus medos e as forças contra as quais lutou durante sua vida ainda vivem” (2004, p. 384), sugerindo que a luta das mulheres continua a ser relevante na atualidade. O feminismo contemporâneo deve, portanto, reconhecer e confrontar as raízes históricas da opressão das mulheres, que se entrelaçam com o desenvolvimento do capitalismo e as estruturas de poder que perpetuam a desigualdade de gênero.

## 2.2. Feminismo e políticas públicas

Durante o Iluminismo, consolidou-se um pensamento burguês que promovia o discurso da igualdade, em oposição à ideia de superioridade que era sustentada durante o período anterior. Nesse contexto, as mulheres começaram a se reconhecer como sujeitos iguais e, inspiradas pelos ideais de liberdade, igualdade e fraternidade da Revolução Francesa, passaram a refletir sobre sua posição na sociedade. Após a Revolução, a publicação da *Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão* reconheceu apenas o homem como sujeito de direitos, sobretudo no que se refere à propriedade. Esse documento, associado aos princípios do liberalismo — que exaltavam a liberdade, a igualdade e o direito ao próprio corpo e à própria vida —, excluía as mulheres, que haviam participado ativamente da luta revolucionária, e foi isso o que impulsionou o início da organização do movimento feminista.

O feminismo, como movimento social e político, busca a igualdade de direitos entre os gêneros e questiona as estruturas que perpetuam a opressão das mulheres. Segundo Hooks (2000), o feminismo é uma luta para acabar com o sexismo, a exploração sexual e a opressão. A luta feminista não é um movimento homogêneo; é, muitas vezes, segmentada em prol de demandas particulares — como causas socialistas, liberais, indígenas, religiosas, de diversidade sexual, racial etc. No entanto, apesar disso, possuem uma luta comum.

O termo ondas do feminismo é uma maneira de categorizar as diferentes fases do movimento e suas respectivas demandas ao longo da história. Segundo Ilze Zirbel (2021), a assimilação da luta feminista por ciclos nos permite visualizar o feminismo não como um movimento linear, mas como um fenômeno que se manifesta em ciclos, nos quais cada onda revela as principais demandas e incômodos relativos ao período em que está vinculada.

Nenhuma onda formou-se por conta de uma única perspectiva ou por meio da ação de um único grupo, ainda que, em algum dado momento, vários grupos de mulheres tenham decidido lutar em conjunto para potencializar algum ponto presente em suas pautas. (ZIRBEL, 2021, p. 11)

### 2.3. Primeira Onda Feminista: Direitos Civis

Tradicionalmente, o feminismo é dividido em três ondas principais. A primeira onda se desenvolveu entre o final do século XIX e o início do século XX, sendo impactada pelo contexto de término da I Guerra Mundial e pela consolidação do Estado democrático, capitalista, urbano e industrial. Neste cenário, os homens brancos e ricos eram privilegiados em virtude da valorização do capital e os discursos religiosos, filosóficos e econômicos provenientes do século de ouro da Europa (XIX) subordinavam a mulher ao matrimônio, à figura do marido, à dedicação quase exclusiva ao trabalho doméstico e às diferenças salariais, quando, com sorte, havia participação de mulheres no mercado de trabalho. Diante desta conjuntura, o feminismo emergiu como a luta das mulheres contra as injustiças e para alcançar melhores condições de vida.

Isto desafiou as normais patriarcais que as invisibilizavam e, “materializadas em associações de mulheres, panfletagens, publicações em jornais, manifestações, greves, congressos e passeatas” (ZIRBEL, 2021, p. 13), as mulheres organizaram sua luta buscando o reconhecimento de sua condição enquanto ser-humano dotado de direitos, como: o direito ao voto, ao acesso a profissões que eram majoritariamente de perfil masculino, a igualdade salarial, ao acesso à educação formal e a possibilidade de divórcio. Feministas como Mary Wollstonecraft (2016), de Londres, em sua obra “*A Vindication of the Rights of Woman*” (Reivindicação dos Direitos da Mulher), publicada logo após a *Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão*, argumentavam que a educação seria essencial para que houvesse o pleno exercício da cidadania, pois a formação intelectual é um direito inalienável.

No contexto brasileiro, Bertha Lutz foi uma das principais líderes feministas dessa época, isto porque sua origem burguesa permitiu-lhe acesso à educação estrangeira e maior acesso à esfera política. A conquista do espaço público pelas mulheres teve seu início com a fundação do Partido Republicano Feminino, em 1910, que suscitou demandas sobre o sufrágio feminino após a omissão deste assunto nas discussões da Assembleia Constituinte de 1891. Por meio de um discurso moderado para não chocar demasiadamente a sociedade conservadora da

época, Bertha logrou êxito em demandas municipais, como a redução de 6h de trabalho na jornada de empregadas do comércio e trouxe, para a legislação brasileira, a necessidade da incorporação de leis que garantissem direitos e proteção às trabalhadoras, alinhando-se com as demandas globais por justiça social, decorrente da sua participação na Conferência de Washington (1919) como representante do Brasil.

Lutz foi membro da comissão que elaborou o anteprojeto da Constituição de 1934, onde seus esforços e de outras feministas se traduziram em avanços para as mulheres no Brasil. O texto desta Constituição foi reflexo das conquistas do movimento feminista e um passo significativo em direção à emancipação das mulheres, pois: a) estabeleceu a igualdade entre homens e mulheres perante a lei; b) consolidou o direito ao voto feminino — que havia sido conquistado em 1932, reconhecendo, agora, oficialmente o direito das mulheres de participar das eleições e da vida política do país; c) proibiu a diferença salarial para um mesmo trabalho com base em idade, sexo, nacionalidade ou estado civil; d) reconheceu a maternidade como uma fonte de direitos; e) estabeleceu direitos trabalhistas, como segurança econômica, direito ao lazer semanal, férias anuais e liberdade de reunião e associação; e f) determinou que assuntos relacionados à maternidade, infância, lar e trabalho feminino fossem tratados por mulheres habilitadas, reconhecendo a importância da perspectiva feminina nas políticas públicas.

No Brasil, segundo a historiadora Rachel Soihet (2012), o feminismo ganhou força com o advento da Proclamação da República em 1889 e as lutas, nesta primeira onda, foram predominantemente centradas na conquista do sufrágio e na busca por direitos civis básicos. No entanto, à medida que o movimento se desenvolveu, ficou evidente que as questões de gênero não podiam ser dissociadas de outras formas de opressão, como a classe social e a raça. Essa interconexão levou ao surgimento de diferentes correntes no feminismo, como o feminismo negro e o feminismo socialista, que buscavam abordar as especificidades das lutas das mulheres em contextos de desigualdade racial e econômica. Rachel Soihet (2012) destaca que o feminismo é plural, um campo de luta que abrange uma variedade de perspectivas e demandas e busca sempre a emancipação feminina.

A interseccionalidade, um conceito desenvolvido por Kimberlé Crenshaw (1991), é fundamental para entender essas divisões. Isto porque propõe que as experiências de opressão e exploração não podem ser compreendidas isoladamente, mas devem ser vistas como interações entre diferentes identidades sociais, como raça, classe e gênero. Essa perspectiva crítica foi essencial para a formação de um feminismo que não apenas buscava a emancipação

das mulheres, mas que também se alinhava com as lutas sociais mais amplas, como as promovidas por movimentos de esquerda.

Entre as conquistas mais significativas da primeira onda do feminismo, destaca-se o direito ao voto, que se tornou um símbolo da luta pela igualdade. No Brasil, a promulgação da Declaração Universal dos Direitos Humanos trouxe em seu texto o reconhecimento da isonomia, a promoção do acesso das mulheres à educação para além das atividades domésticas, a conquista de direitos legais que lhes permitiam herdar e possuir bens e direito das mulheres em casos de separação. Mas, para além das conquistas também enfrentou desafios.

Um dos principais obstáculos foi a resistência social e cultural à ideia de que as mulheres deveriam ter direitos iguais aos homens. Muitas pessoas viam a luta feminista como uma ameaça à ordem social estabelecida, e as mulheres que se manifestavam em favor de seus direitos enfrentavam críticas e ostracismo. Além disso, o movimento feminista foi, frequentemente, dividido em suas prioridades, com algumas ativistas focando mais na luta pelo sufrágio, enquanto outras se preocupavam com questões de classe e raça, o que gerou tensões internas (SOIHET, 2012).

Na verdade, havia na sociedade brasileira em geral, e entre autoridades e políticos em particular, forte oposição às reivindicações das mulheres. Respalhando tal oposição, a ciência da época considerava as mulheres, por suas supostas fragilidade e menor inteligência, inadequadas para as atividades públicas, afirmando que o lar era o local apropriado à sua inserção social e o cuidado com a família, sua ocupação prioritária. (SOIHET, 2012, p. 219)

Essa tensão interna foi representada especialmente nas décadas de 1940 a 1960, época em que muitos movimentos feministas se uniram a partidos de esquerda em busca de uma transformação social ampla. Autoras como Silvia Federici (2004) e Angela Davis (1981) argumentam que a luta feminista é parte integrante de uma luta por justiça social, principalmente considerando o contexto de ascensão capitalista e o consequente privilégio de homens brancos. Porém, de acordo com Soihet (2012), essa associação entre movimentos feministas e partidos políticos nem sempre foi harmoniosa: enquanto as feministas buscavam a igualdade de direitos e a participação plena na vida pública, muitos movimentos de esquerda focavam em questões econômicas e políticas mais amplas, sem considerar as especificidades das lutas femininas.

## 2.4. Segunda Onda Feminista: o que é ser mulher?

Enquanto a primeira onda feminista se preocupou com questões legais, a segunda onda feminista, que se iniciou na década de 1960, ampliou o debate para temas como sexualidade, família, mercado de trabalho, direitos reprodutivos (pílula de anticoncepcional) e a desigualdade entre sexo e gênero. No cenário internacional o mundo passava por um conflito político e ideológico decorrente da Guerra Fria, e o movimento feminista no Brasil foi diretamente influenciado pela ditadura militar, contexto político que restringia a liberdade de expressão e impulsionava, “como reação, as lutas políticas e sociais com viés de esquerda” (PEDRO, 2012, p. 240).

De acordo com Joana Maria Pedro (2012), naquele período, as mulheres buscaram responder a questionamentos sobre a necessidade de submissão, a suposta desigualdade natural e o próprio significado de ser mulher, além das reivindicações políticas e econômicas. Com a crescente participação feminina em instituições de ensino superior e no mercado de trabalho, as mulheres tornaram-se figuras presentes na vida pública e política. Os grupos de consciência, ou grupos de reflexão, emergiram como uma estratégia inovadora no feminismo da segunda onda, especialmente nas décadas de 1970. Eram formados exclusivamente por mulheres para discutir a literatura feminista americana e europeia, vivências e reflexões da mulher, longe da inibição que a presença masculina poderia causar.

Conversavam sobre como viam o próprio corpo e o dos homens, contavam sobre a experiência da menstruação ou do aborto, narravam situações em que percebiam terem sido discriminadas por ser mulher na família ou no trabalho, comentavam a relação com o pai, com o marido, com outros homens, diziam o que pensavam a respeito do desejo sexual e do prazer. Essas mulheres consideravam que a vida privada era fruto da sociedade. Abraçaram, então, o slogan feminista difundido internacionalmente: “O pessoal é político”. (PEDRO, 2012, p. 244 e 245).

Um dos principais efeitos desses grupos foi a conscientização de que a opressão que as mulheres enfrentavam individualmente eram, na verdade, problemas coletivos, tema abordado no ensaio da feminista Carol Hanish, *The Personal is Political* (O Pessoal é Político). Fato este que levou muitas mulheres a se identificarem como feministas e a se engajarem ativamente na luta por direitos. Até o final da década de 1980, o termo “feminista” ainda era pouco aceito por grande parte da sociedade, pois no imaginário coletivo, em decorrência da atuação barulhenta e violenta das feministas sufragistas inglesas, o feminismo era associado a estereótipos

negativos, como o de “mulheres masculinizadas, feias, lésbicas, mal-amadas, ressentidas e anti-homens” (PEDRO, 2012, p. 239 e 240).

O marco inicial desta segunda onda no Brasil foi o encontro realizado em 1975, no Rio de Janeiro, liderado por Mariska Ribeiro e patrocinado pela Organização Mundial das Nações Unidas (ONU). O evento discutiu o papel e o comportamento da mulher na sociedade brasileira, culminando na posterior criação do Centro da Mulher Brasileira (CMB), que fora controlado por militantes de esquerda e, por isso, posteriormente fragmentado. Os centros tinham como objetivos principais a pesquisa, a reflexão e a análise das questões que afetavam as mulheres, além de atuarem em nível comunitário para abordar problemas concretos enfrentados por elas.

Partidos políticos, especialmente os de esquerda, começaram a se interessar pelos centros de mulheres, pois os enxergavam como uma oportunidade para ampliar sua base de apoio e incorporar as demandas femininas em suas plataformas. Algumas ativistas defendiam a colaboração com partidos, acreditando que isso poderia trazer visibilidade para a luta feminista; outras, no entanto, viam essa colaboração como uma ameaça à autonomia do movimento, argumentando que a política partidária poderia comprometer a essência da luta das mulheres. Com a fragmentação do movimento, uma parte passou a defender pautas como o aborto livre e gratuito, a democracia e os direitos reprodutivos. Embora esses temas já integrassem a agenda do feminismo internacional, no Brasil enfrentaram resistência, especialmente devido ao contexto de ditadura militar e à necessidade de articulação com setores da Igreja Católica.

Neste contexto, muitas ativistas foram perseguidas e forçadas a deixar o país, buscando refúgio em lugares como a França e os Estados Unidos. Este exílio, no entanto, foi catalisador para a formação de uma consciência feminista mais aprofundada, pois, ao mesmo tempo em que as afastava do contexto ditatorial brasileiro, as inseria em países onde o feminismo se encontrava mais desenvolvido e organizado. Esse contato possibilitou uma rica troca de experiências e ideias. A obra *O Segundo Sexo*, de Simone de Beauvoir (1970), desempenhou papel central nesse processo, ao questionar o estigma associado à figura feminina americana, à natureza da mulher e ao defender que a mística feminina era algo que adoecia as mulheres. Sua análise ofereceu um referencial teórico essencial ao Brasil, pois supria uma lacuna de conhecimento existente neste país.

Apesar dos avanços, havia, ainda, a resistência a discutir questões de sexualidade e a marginalização de mulheres lésbicas dentro do movimento. Essas tensões revelavam as complexidades do feminismo e a necessidade de inclusão e aceitação, refletindo a diversidade

de experiências e identidades que compunham o movimento, ramificando-o mais ainda. O feminismo brasileiro de segunda onda apresentou particularidades distintas em relação ao movimento europeu: além da luta contra o patriarcado — inimigo comum no contexto europeu —, as mulheres no Brasil também enfrentaram as adversidades políticas e sociais impostas pela ditadura militar.

Após a abertura política no Brasil, que ocorreu no final da década de 1980, a atuação feminista passou por uma transformação significativa. Com a redemocratização do país, as feministas puderam atuar de maneira mais aberta e organizada, o que facilitou a divulgação de suas reivindicações e a conquista de direitos. Durante esse período, as feministas se engajaram em diversas frentes, buscando não apenas a igualdade de gênero, mas também a promoção de direitos sociais e políticos mais amplos.

A pressão do movimento feminista resultou em mudanças importantes, como a inclusão de garantias de direitos na nova Constituição de 1988, que reconheceu a igualdade de gênero e a proteção dos direitos das mulheres. Essa constituição foi um marco, ao estabelecer bases legais para a luta por direitos e igualdade. Além disso, a criação de Organizações não Governamentais (ONGs) e a implementação de políticas públicas voltadas para as mulheres se intensificaram. As feministas também se dedicaram a questões como a violência contra a mulher, promovendo a criação de casas de abrigo para vítimas de violência e a elaboração de leis que visavam coibir essa violência, como a famosa Lei Maria da Penha, sancionada em 2006.

A abertura política também permitiu que as feministas se conectassem com outros movimentos sociais, ampliando suas redes de solidariedade e colaboração. Essa interconexão fortaleceu a luta por direitos humanos e sociais, permitindo que as questões de gênero fossem discutidas em um contexto mais amplo de justiça social.

## **2.5. Terceira Onda Feminista: grupos marginalizados como sujeitos políticos**

Durante a década de 1980, a mídia estadunidense passou a rotular a nova geração de mulheres como “pós-feminista”, “que desfrutava de certos ganhos sociais (acesso à educação, a diferentes tipos de emprego...), dando a entender, que os objetivos do feminismo haviam sido alcançados” (ZIRBEL, 2021, p. 21). Nesse sentido, difundiu-se a ideia de que o feminismo havia conquistado seu objetivo e, portanto, não era mais necessário. É, neste contexto, que emerge a terceira onda feminista, revisitando as lutas e construções teóricas não somente sobre

desigualdade de gênero entre homens e mulheres, mas evidenciando uma desigualdade atravessada pelo racismo, fascismo, discriminação e homofobia, marcada por uma ênfase na individualidade e na pluralidade das vozes femininas. Embora o machismo, o patriarcado e o sexismo afetem “todas as mulheres”, é crucial reconhecer que essas formas de opressão se manifestam de maneiras distintas. Assim, a ideia de um feminismo universal é limitada e prejudica a visibilidade de certas mulheres, pois uma abordagem universalista não permite uma análise crítica e concreta das realidades sociais vividas por diferentes mulheres

### 2.5.1. Transfeminismo

Como apresentado no início deste capítulo, o feminismo compartilha experiências de luta em prol da igualdade de gênero em diversos contextos históricos e sociais. Leticia Nascimento defende que esta categoria (*gênero*) é alvo de intensas disputas, uma vez que traz em sua origem a imagem da mulher “cis, heterossexual, branca, de classe média, magra e sem deficiência - que ocupa uma posição superior e de privilégio social” (2021, p.20). Em contraposição, para ser considerada sujeita do feminismo é exigido que se tenha vivências relacionadas às experiências de mulheridade e feminilidade — em outras palavras, implica uma mera identificação com o gênero feminino.

Utilizo o termo “mulheridades”, e não “mulher”, no singular, para demarcar os diferentes modos pelos quais podemos produzir estas experiências sociais, pessoais e coletivas. Além disso, a ideia também é conferir movimentos de produção, visto que o termo “mulher” pode sinalizar algo que se é de modo essencial. Nesse sentido, o termo “mulheridades” aponta para os processos de produção social dessa categoria. Por sua vez, o termo “feminilidades” é uma categoria usada de forma a entender os modos pelos quais sujeitas dentro do feminismo dialogam com o que o imaginário social determina como “feminino”, e que, a partir desse roteiro cultural, produz cocriações e subversões. Além disso, é importante demarcar que algumas identidades de gênero se reivindicam dentro de uma vivência das feminilidades, mas não se sentem contempladas na categoria mulheridades, como algumas travestis e pessoas não binárias femininas. (NASCIMENTO, 2021, p. 19).

Ou seja, Leticia Nascimento (2021) desafia a categoria fixa e universal de gênero, que estabelece a dicotomia entre homem e mulher, defendendo que não existe uma única forma de ser mulher – conceito de mulheridade. Complementarmente, o termo “feminilidades” refere-se às diversas maneiras como essas mulheres se relacionam com as normas sociais que definem o

que é considerado feminino. Estes conceitos, portanto, ampliam a noção de sujeito do feminismo, incluindo as experiências das mulheres transexuais e travestis a partir do reconhecimento e da validação das diversas experiências da opressão de gênero.

Para além disso, Simone de Beauvoir (1970), já na segunda onda feminista, havia suscitado o debate sobre gênero a partir da célebre frase: “Não se nasce mulher, torna-se mulher”. Outra perspectiva que também desafiou a visão binária de gênero com base biológica surgiu com o conceito de tecnologia, introduzido pelo filósofo Michel Foucault (2003). A partir dessa ideia, Teresa Lauretis (2019) argumenta que gênero e sexualidade não são intrínsecos a corpos naturais e nem precedem a existência humana: gênero, portanto, é simultaneamente um processo e um resultado, e a “tecnologia de gênero” refere-se às práticas discursivas que moldam masculinidades e feminilidades. Paul B. Preciado (2017) expande essa ideia, afirmando que gênero é uma tecnologia que não apenas modifica a natureza, mas a produz. Essa perspectiva desfaz os limites entre natureza e cultura, evidenciando que a construção do gênero ocorre em múltiplas dimensões, nas quais os sujeitos se constituem como corpos generificados e sexuados, como ressaltado por Foucault (2003).

O transfeminismo, para além da inclusão das mulheres transexuais e travestis no feminismo, busca a desconstrução das normas cis-heteronormativas que perpetuam a violência e a discriminação, não apenas entre as mulheres, mas na sociedade em geral. O conceito de cisgeneridade, apresentado por Viviane Vergueiro (2016), descreve a identidade de pessoas cuja experiência social corresponde ao sexo atribuído ao nascimento, que opera como um referencial normativo que alinha corpos e identidades às normas de gênero consideradas “naturais” e “biológicas”, sustentando um sistema binário que marginaliza as identidades trans. A autora também introduz o conceito de ciscolonialidade, que aborda as intersecções entre cisonormatividade e colonialidade, destacando como essas dinâmicas sustentam violências institucionalizadas e informais.

A institucionalização desta violência se deu a partir da patologização da identidade trans que ocorreu nas décadas de 1950 e 1960, quando foi associada a condições psiquiátricas doentias. Neste contexto, o termo “transexualismo” foi introduzido na literatura médica, associado a uma condição que poderia ser tratada. O endocrinologista Harry Benjamin, por exemplo, foi um dos primeiros a investigar o uso de hormônios para a “mudança de sexo”, contribuindo para a medicalização das identidades trans. Em sequência, a partir da década de 1980, a transexualidade foi incorporada ao Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM) e à Classificação Internacional de Doenças (CID), reforçando a ideia de que

essas identidades eram, sim, patologias. Essa construção histórica estabeleceu um modelo biopolítico de controle que condiciona o acesso à terapia hormonal e às cirurgias de redesignação sexual a um diagnóstico médico, perpetuando estigmas e marginalizando os corpos trans. A partir de 2007, movimentos ativistas começaram a contestar essa patologização, promovendo a despatologização e a aceitação das identidades trans como expressões legítimas de ser.

Além da marginalização decorrente da patologização, “categorias como (cis)sexismo, misoginia, patriarcado e machismo são amplamente interligados quando falamos de violências tanto contra mulheres quanto contra a comunidade LGBTQIA+” (NASCIMENTO, 2016, p.100). A interseccionalidade, portanto, é indispensável para discutir a violência, especialmente com o movimento feminista negro, pois muitas mulheres lésbicas, bissexuais, transexuais e travestis também são negras. O feminicídio, crime de ódio à mulher — apenas pelas suas mulheridades e feminilidades, tem herança colonial e raízes ainda mais profundas quando se trata de mulher trans: A Lei do Feminicídio, em seu texto final, substituiu o termo “gênero” por “sexo feminino”, evidenciando, assim, o cenário conservador e religioso do Poder Legislativo brasileiro.

Em suma, o rompimento da estrutura colonial de gênero é essencial para o alcance da inclusão e equidade e perpassa pelos cenários de raça e classe social. Isso demanda a despatologização da identidade trans e uma análise crítica das relações de poder que sustentam a cisnormatividade e a ciscolonialidade, além de fomentar diálogos interseccionais que abarquem múltiplas identidades e vivências (VERGUEIRO, 2016) (NASCIMENTO, 2021). A luta pela afirmação da mulher trans como ser-humano é um processo essencial para a aceitação e valorização das identidades trans e deve ser apoiado por políticas públicas inclusivas e por uma mudança cultural que desafie as normas cisnormativas.

### 3. O DISCURSO COMO MÉTODO DE PESQUISA

A metodologia selecionada para este estudo foi fundamentada em uma abordagem qualitativa, interpretativa, com base na inferência de dados a partir de aspectos extralinguísticos e linguísticos. A análise do discurso abordada neste trabalho será, segundo Duarte e Barros, de linha francesa devido à importância atribuída ao assujeitamento do enunciador, isto é, ao realce na identificação dos discursos já estabelecidos usados pelo sujeito, como “o religioso, o científico, o filosófico, o mitológico, o poético, ou o jornalístico, o publicitário, o corporativo, etc.” (2012, p.306). Ainda conforme os autores, o pressuposto da persuasão discursiva é a compreensão da mensagem pelos ouvintes, pois é por meio da linguagem que o enunciador se aproxima de determinados grupos sociais.

O discurso é político e ideológico. Como prática de representação do mundo, constrói e modifica significados, sendo também instrumento de poder. Como afirma Foucault, o discurso não é simplesmente uma mera representação das lutas ou dos sistemas de dominação, “mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar” (2002, p.10). Diante disso, esta análise discursiva será validada, à luz da obra “A Ordem do Discurso”, de Michel Foucault, que estuda o perigo do discurso e de sua proliferação. Foucault supõe, primeiramente, que a produção do discurso é “simultaneamente controlada, selecionada, organizada e redistribuída por um certo número de procedimentos que têm por papel exorcizar-lhe os poderes e os perigos” (2002, p. 2).

Nesse sentido, o discurso possui uma organização interna e externa que o molda em função dos contextos históricos e sociais em que está inserido, definindo quais vozes são legitimadas, e quais são silenciadas, e tornando-se uma ferramenta usada para moldar a percepção coletiva e afirmar ou negar realidades.

O primeiro discurso selecionado para análise foi o discurso de posse ao cargo de Ministra, isto porque ele foi realizado para expor as diretrizes que serviriam de guia para os próximos anos de mandato. O segundo discurso selecionado foi o pronunciamento oficial de Damara Alves, realizado em 2022, no Dia Internacional da Mulher, cujo objetivo foi realizar um balanço das principais políticas públicas para mulheres realizadas por ela até março de 2022, assim como as expectativas para os próximos meses de mandato.

### 3.1. Organização discursiva

A articulação externa do discurso é o que permite a compreensão sobre a relação entre poder e conhecimento na sociedade. Esta relação se manifesta por meio das instituições, normas sociais e das práticas culturais que definem o que é considerado aceitável ou válido num determinado contexto discursivo, o que é denominado *Interdição* pelo filósofo. Além disso, existe a determinação daquele que possui o direito privilegiado de falar, o sujeito que possui autoridade por detrás do discurso que enuncia e que, por *Rejeição*, leva aquele que está na posição de ouvinte e opositor ao campo contrário, atribuindo-lhe a prerrogativa da falta de lógica e do sentido. Essa autoridade discursiva acaba por atribuir ao locutor, também, autoridade social, influenciando as relações de poder percebidas na sociedade.

Segundo essa ordem discursiva, Foucault (2002) aponta que os discursos são validados pela construção de símbolos, signos e conceitos organizados em torno de algo já conhecido, seja verdadeiro ou fictício, construindo a ideia de que para algo ter validade deve aparecer com uma regularidade maior de vezes. Isso significa que o que é considerado verdadeiro ou falso é determinado por condições externas que vão além do próprio conteúdo do discurso. Isso produz efeitos de poder que criam alienação e medo entre aqueles que não se encaixam em narrativas dominantes. Nesse sentido, a logofobia, ou temor à diversidade de discursos, pode levar ao controle do que pode ser dito, promovendo divisões e medo entre grupos (FOUCAULT, 2002).

Outra forma de organização discursiva é a interna, que diz respeito ao modo como é dito e o que é dito. Para isso, Foucault (2002) apresenta os princípios de rarefação ou autocontrole: comentário, autor e disciplinas. “O comentário, em primeiro lugar, ao dar conta das circunstâncias do discurso, exorciza o acaso do discurso” (FOUCAULT, 2002, p. 7), pois não apenas explica ou interpreta um texto, mas também transforma a sua significação. Isso permite que novas interpretações surjam, mas sempre dentro dos limites do que já foi dito, não sendo um ato livre, mas sim uma prática que se insere em um sistema de repetição e reinterpretação, onde a multiplicidade de significados é mediada pela relação com o texto original.

Em segundo lugar, Foucault (2002) define o autor não como um indivíduo que meramente produz um texto, mas, sim, como um princípio de agrupamento que confere unidade e coerência ao discurso. Ele sugere que o autor atua como uma “máscara” que organiza as significações e dá sentido ao que é dito, estruturando a relação entre o discurso e seus receptores. Por fim, existe o controle da disciplina do discurso, sendo um controle interno,

organizado pelos nichos de diversos campos de conhecimento, visando regular a produção e a circulação do discurso.

### 3.1.2. Qual o perigo dos discursos se multiplicarem indefinidamente?

Os discursos não surgem em um vácuo; eles estão enraizados em contextos sociais, culturais e históricos que moldam sua produção e recepção. Foucault (2002) identifica os mecanismos que ligam e excluem os sujeitos do discurso, incluindo rituais, sociedade, doutrina e a logosofia. Os rituais estabelecem normas e expectativas sobre como o discurso deve ser produzido e recebido, criando um espaço seguro onde certos discursos podem ser expressos, enquanto outros são silenciados. Assim, a ritualização do discurso pode limitar a multiplicidade de vozes, favorecendo aquelas que se alinham com as normas estabelecidas.

A sociedade desempenha um papel especial na formação dos discursos, pois as relações de poder numa sociedade determinam quais discursos são legitimados e quais são marginalizados. Foucault observa que “o que constitui as doutrinas é, à primeira vista, o inverso de uma 'sociedade de discurso'” (2002, p. 6), sugerindo que a estrutura social pode criar barreiras que impedem a livre circulação de ideias. As doutrinas, sejam religiosas, políticas ou filosóficas, estabelecem sistemas de crenças que orientam a produção do discurso, funcionando como estruturas que definem o que é considerado verdadeiro ou aceitável, excluindo outras formas de conhecimento que não se encaixam nesses moldes. Essa exclusão pode levar a uma homogeneização do discurso, onde apenas certas vozes são ouvidas.

A logosofia, ou a filosofia da linguagem, refere-se à maneira como a linguagem é utilizada para construir significados e realidades. Foucault (2002) sugere que a forma em que os discursos são articulados pode influenciar a percepção da verdade e da realidade. A multiplicação de discursos sem uma estrutura crítica pode levar a uma confusão sobre o que é verdade, resultando em um estado de descontinuidade e incerteza.

Foucault (2002) buscou desestabilizar as noções tradicionais de verdade e autor, propondo uma abordagem crítica que enfatiza a descontinuidade, a especificidade e a exterioridade dos discursos. A descontinuidade refere-se ao fato de que os discursos não são lineares ou contínuos; eles são fragmentados e muitas vezes contraditórios. Essa descontinuidade é perigosa quando os discursos se multiplicam sem controle, ao poder levar à

confusão e à falta de um sentido comum. A multiplicação de discursos pode resultar em uma cacofonia de vozes que dificultam a comunicação e a compreensão.

A especificidade dos discursos diz respeito ao contexto em que são produzidos: cada discurso é moldado por suas circunstâncias históricas e sociais. Quando os discursos se multiplicam, a especificidade pode ser perdida, levando a uma generalização que não captura a complexidade das experiências humanas. A exterioridade, por sua vez, diz respeito à forma como os discursos são influenciados por fatores externos, como relações de poder e estruturas sociais. Foucault sugere que a análise crítica deve considerar essas influências externas para entender como os discursos operam. A multiplicação de discursos sem uma análise crítica pode embaralhar essas relações de poder, perpetuando desigualdades e injustiças.

A genealogia é uma abordagem que Foucault (2002) utiliza para traçar a evolução dos discursos ao longo do tempo, revelando como as relações de poder moldam o que é considerado verdade. Essa análise crítica permite identificar as forças que operam por trás da produção do discurso e como elas podem ser desafiadas. Em suma, a multiplicação indefinida dos discursos, sem um controle crítico, pode levar à fragmentação do sentido e à exclusão de vozes importantes. Os mecanismos de ligação e exclusão, como rituais, sociedade, doutrina, educação e logosofia, desempenham um papel crucial na formação do discurso. O propósito de Foucault é desafiar as noções tradicionais de verdade e autor, utilizando a descontinuidade, a especificidade e a exterioridade como ferramentas para uma análise crítica que revele as complexidades e as dinâmicas de poder que permeiam o discurso.

#### 4. COMO REVERBERA A VOZ CONSERVADORA?

Este capítulo analítico pretende apresentar e analisar o discurso proferido por Damares Alves em sua cerimônia de posse enquanto Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, utilizando a metodologia de análise do discurso em linha francesa a partir da obra de Michel Foucault, “A Ordem do Discurso”.

Inicialmente, será realizada uma análise da presença de elementos conservadores em contraposição às pautas feministas. Em seguida, busca-se examinar a organização discursiva à luz da metodologia proposta, com o intuito de identificar as estruturas conservadoras de poder sobre as pautas progressistas. Por fim, realiza-se a análise das consequências desses discursos, como a incitação ao ódio, a polarização, a marginalização e o epistemicídio, sobre as pautas feministas e a vertente transfeminista.

##### 4.1. A voz conservadora

Em 2 de janeiro de 2019, em Brasília, ocorreu a cerimônia de posse de Damares Alves ao cargo de Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Durante o evento, ela proferiu um discurso visando apresentar as diretrizes que orientariam as políticas públicas de sua gestão. A cerimônia contou com a presença de parlamentares e senadores, a quem Damares expressou clara afeição, destacando a sua convivência pessoal com alguns deles. O ambiente foi acolhedor, e a plateia, que aplaudiu veementemente suas palavras, conferiu ao discurso um caráter de verdade e coerência, influenciando a organização extralinguística do texto e regulando a interpretação do discurso:

“Eu queria cumprimentar todos vocês. As autoridades e parlamentares que aqui estão. Estou vendo tanto parlamentar aqui. Eu não posso nem nomear porque eu vou ficar com vergonha de dizer que *eu amo um mais que o outro*. São 20 anos ao lado desses parlamentares. Respeitada por todos eles. *Fui serva* desses parlamentares por 20 anos. Mas fui *parceira e companheira*. E (...) *fui pastora* de alguns também. (...) *amigas*, alguns senadores tão *queridos* ali. Não vou nomear porque vou perder os nomes.” (CERIMÔNIA, 2019, itálico nosso)

É importante, a seguir, caracterizar o sujeito fundador do discurso, pois, como aponta Foucault (2002), é ele quem atribui sentido ao que está sendo dito, dando vida às formas vazias da língua. Nesse sentido, as declarações foram proferidas pela advogada, pastora Damares

Alves, que iniciou seu discurso político com a frase “O estado é laico, mas a Ministra é *terrivelmente* cristã” (CERIMÔNIA, 2019, itálico nosso) e o encerrou com: “Sou mulher, nasci mulher, sou cristã” (CERIMÔNIA, 2019). Essas palavras, ditas em um pronunciamento oficial, deixaram evidente que a atuação política da Ministra estaria intimamente ligada aos seus interesses pessoais e a sua postura religiosa, voltada para um determinado grupo social. Isso indica a adoção de uma política excludente e potencialmente agressiva para com aqueles que se opusessem a suas crenças, como evidenciado pelo uso do termo “terrivelmente” (ORTEGA, 2019).

Após este momento inicial de agradecimento e apresentação, os 30 minutos seguintes foram destinados à apresentação das bandeiras que seriam levantadas durante sua gestão. Em seu discurso de posse, a Ministra utilizou mecanismos linguísticos para atacar o governo anterior, como observado nas frases: “Neste governo, vamos avançar no cuidado integral, na construção e implementação de políticas públicas que *não sirvam mais para fins eleitorais e enriquecimento ilícitos*” (CERIMÔNIA, 2019, itálico nosso) e “Temos a garantia de nosso Presidente da República [Jair Bolsonaro] de que as brasileiras terão voz e serão escutadas por este *novo e restaurador* governo que se inicia.” (CERIMÔNIA, 2019, itálico nosso). Esses trechos refletem características das ideologias direitistas que costumam se posicionar como movimentos emancipatórios e autodeterminados. Essa retórica, por exemplo, foi usada por Vargas na consolidação do Estado Novo e por Jair Bolsonaro, visando promover uma identidade nacional a partir da liderança do “salvador” como justificativa para políticas excludentes.

Segundo Foucault (2002), a interdição de palavras, o ilogismo e a vontade de verdade são mecanismos de controle do discurso, utilizados para excluir ideias contrárias àquilo que se deseja estabelecer como verdade. Nos trechos citados, observa-se a construção de um argumento que associava o governo anterior à corrupção, sendo incapaz de acolher as demandas sociais e de atender ao interesse público. Ao caracterizar o seu governo como “novo e restaurador”, Damares sugere que algo na sociedade foi defasado e precisa ser recuperado, servindo para segregar a população opositora e tratando-a como uma ameaça à ordem social vigente. Esse mecanismo discursivo é não apenas uma ferramenta de poder, como também uma característica intrínseca das ideologias direitistas (BOBBIO, 1994; LUKES, 2005).

Esse tipo de discurso tem implicações profundas ao remeter ao perigo da propagação de uma única verdade, como ocorreu no Brasil em 1964, quando um governo ditatorial foi instaurado por meio do uso de discursos repressivos e segregacionistas. O uso desses discursos

causou mobilização pública em favor do medo exacerbado a uma retórica comunista. Além disso, a promoção de um único ponto de vista resultou na exclusão de ideias alternativas que, como descrito por Foucault, criam uma onda de dominação que reflete sobre as organizações sociais e geram um clima político hostil e agressivo.

Além da autoafirmação, outro aspecto presente neste discurso foi a valorização da instituição familiar, quando Damares afirmou que “para alcançar nossos objetivos trabalharemos de forma especial por políticas de *fortalecimento de vínculos familiares*” (CERIMÔNIA, 2019, itálico nosso). Esse discurso, somado à sua posição contra o aborto, expressada na frase “e por falar em vida, eu falo vida *desde a concepção*” (CERIMÔNIA, 2019, itálico nosso), e sua contrariedade às pautas da “ideologia de gênero”, ao prometer “*acabar com o abuso da doutrinação ideológica*” (CERIMÔNIA, 2019, itálico nosso), delineiam o perfil político da Ministra como claramente inserido no espectro direitista. Também, as frases demonstram a maneira como a cristianização herdada do período colonial ainda contribui para o controle sexual e social da mulher.

As ideologias direitistas são frequentemente associadas à preservação do *status quo*, promovendo poucas ou nenhuma alteração nas estruturas sociais existentes. Em seu discurso, Damares declarou que “nenhum direito conquistado pela comunidade LGBTI será violado (...) e promoveremos a educação integral voltada aos Direitos Humanos” (CERIMÔNIA, 2019), sugerindo que as políticas para esse público permaneceriam inalteradas. No entanto, conforme Ortega (2019), a postura do governo Bolsonaro, incluindo Damares, é conservadora quando se trata de políticas sociais, e a proteção dos Direitos Humanos é vista por eles como uma defesa de criminosos.

Durante seu discurso, Damares não mencionou se haveria a criação de novas políticas para a comunidade LGBTQIA+, e atribuiu a responsabilidade pela proteção dos direitos dessa população à Secretaria Nacional de Proteção Global, e não à Secretaria Nacional da Mulher (ORTEGA, 2019). A exclusão da mulher transexual da pauta da Secretaria Nacional da Mulher representou um retrocesso quanto à luta do movimento transfeminista. Isto porque este discurso contribuiu para a criação de uma cultura política de invisibilidade deste público, reforçando os ideais ciscoloniais. A retirada deste tema da Secretaria Nacional da Mulher também não permitiu que os problemas enfrentados pela comunidade trans entrassem na agenda política das mulheres, não sendo possível, portanto, a formulação de políticas públicas que atendessem a demanda dessa classe de mulheres, tornando-as invisíveis para o Estado.

Os índices de violência das mulheres trans também foram omitidos no discurso:

“Somos o 5º país do mundo em feminicídio, que vergonha. A cada onze minutos uma mulher é estuprada. A cada sete minutos uma mulher sofre algum tipo de violência. Chega. Basta. Chega de violência contra a mulher nesta nação.” (CERIMÔNIA, 2019)

O Dossiê Assassinato e Violência contra Travestis e Transexuais Brasileiras em 2019 (BENEVIDES, NOGUEIRA, 2020) apontou que o Brasil é o país com o maior número de assassinatos de pessoas trans, mas essa questão não foi mencionada no discurso de posse da Ministra. Também não foi incluída a diversidade de mulheridades e feminilidades, pois, em todas as vezes que se referiu a “mulheres”, Damares não fez referência aos gêneros transexuais e travestis. Os trechos são: “todas as mulheres de todos os povos, cores e raça serão alcançadas” e “vivemos em um país multicultural, com vários credos, línguas, cores, crenças, povos e raça” (CERIMÔNIA, 2019).

Damares reafirmou uma agenda conservadora e excludente ao não reconhecer as particularidades da população trans e da comunidade LGBTQIA+ dentro do tema dos Direitos Humanos. A partir da perspectiva neo-institucionalista de Skocpol (1985), é possível inferir que, na ausência de uma estrutura institucional capaz de garantir esses direitos, as mudanças sociais tornam-se extremamente limitadas. Como resultado, as políticas públicas formuladas não respondem ao interesse público, sendo moldadas predominantemente por um viés ideológico pessoal.

Damares contribui para reforçar a colonialidade de gênero também por meio da frase: “*nossos homens, assim como nossas mulheres* também serão respeitados e cuidados. Todos merecem oportunidade e apoio para cuidarem de suas *famílias, seja qual for a sua configuração*”. (CERIMÔNIA, 2019, *italico nosso*). Em seguida, como exemplo de configuração alternativa de família, Damares mencionou a figura da mãe solo e do filho adotivo, novamente, contribuindo para invisibilizar a estrutura familiar LGBTQIA+ por meio do mecanismo de interdição discursiva.

Ao dizer que os homens serão assim como as mulheres, Damares não reconheceu a importância que deve ser atribuída à marginalização histórica sofrida pelas mulheres, reforçando a colonialidade do discurso. Este discurso gera como resultado um mecanismo de poder que reverbera na sociedade, reforçando a resistência cultural oriunda da primeira onda Feminista: a desconsideração das mulheres como seres legítimos de direito. Portanto, se o feminismo contemporâneo deveria confrontar as raízes históricas de opressão, Damares não apresenta evolução para o movimento neste sentido.

O gênero, por si, é uma forma de “dominação colonial violenta contra os povos originários e, cronologicamente depois, contra as mulheres” (BENEVIDES e NOGUEIRA, 2020, p. 74). No que diz respeito ao caso brasileiro, onde a desigualdade de gênero adquire um caráter singular porque está atravessada tanto pela luta contra a desigualdade social quanto pela conquista da democracia recente, não há como pensar em avanço do movimento feminista se não reconhecermos as contribuições advindas com a segunda onda feminista e, principalmente, com as singularidades trazidas pela terceira onda, como o transfeminismo. Observa-se que, assim como houve uma marginalização das mulheres lésbicas em relação ao próprio movimento feminista, especialmente na segunda onda, o discurso de Damares contribui, por meio da interdição, para a marginalização das mulheres trans na terceira onda

#### **4.2. A materialização da voz conservadora**

Em 8 de março de 2022, por meio do canal oficial do MMFDH, Damares fez um pronunciamento oficial à população brasileira, no qual apresentou as políticas públicas direcionadas às mulheres durante sua gestão. Este pronunciamento ocorre em uma data em que as políticas de inclusão e empoderamento feminino estão em pauta e a Estratégia Nacional de Empreendedorismo Feminino (Programa Brasil Pra Elas) foi a primeira a ser anunciada:

“Trata-se do maior programa de inclusão produtiva de mulheres da história do Brasil. Sabemos que a criatividade, a garra, o comprometimento, a competência, a sensibilidade e a vontade de vencer de nossas mulheres serão primordiais neste novo ciclo de crescimento econômico do Brasil. Por isso, vamos disponibilizar microcrédito e cursos para que você, mulheres da cidade, do campo, da cidade e da floresta possam empreender.” (PRONUNCIAMENTO, 2022)

Esta abordagem é uma expressão de um discurso característico da direita, não apenas por promover o liberalismo econômico, mas também por defender as desigualdades sociais e econômicas como naturais. O foco no microcrédito e na capacitação das mulheres para a iniciativa privada não apenas desloca para a mulher a responsabilidade pela sua própria inserção no mercado de trabalho, mas também ignora desigualdades estruturais que impedem o acesso equitativo das mulheres aos mesmos recursos e oportunidades. Essa lógica promove a ideia de que o sucesso é fruto exclusivamente da capacidade individual e da iniciativa própria, o que

pode excluir muitas mulheres, especialmente as que se encontram em situações de vulnerabilidade social.

Além disso, como uma política de caráter liberalista, o programa pode acabar incentivando a informalidade e a precarização do trabalho, uma vez que muitas mulheres podem ser levadas a empreender, e não a buscar empregos formais com direitos trabalhistas garantidos. Segundo dados do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE, 2023), em 2022, 43,3% das mulheres ocupadas estavam em empregos informais, sem acesso a direitos trabalhistas ou à previdência social. Nesse contexto, a promoção do empreendedorismo feminino como uma solução para a desigualdade pode, na prática, aumentar a vulnerabilidade econômica das mulheres, sem garantir proteção social ou benefícios como aposentadoria, salário-maternidade ou auxílio-doença.

Com relação a esta questão, Damares informa o lançamento do Programa Mães do Brasil:

“Trata-se de uma estratégia nacional de proteção integral a gestante e a maternidade. Vamos auxiliar as mulheres no exercício integral da maternidade, desde a concepção até o cuidado com os filhos. Além disso, trabalharemos a reinserção das mães no mercado de trabalho na conciliação do equilíbrio trabalho-família.” (PRONUNCIAMENTO, 2022)

O discurso, que enaltece a figura da mãe como a responsável pelo cuidado familiar, reforça a visão tradicional de gênero, que posiciona as mulheres predominantemente no papel de cuidadoras. Federici (2004) discute como, historicamente, o trabalho não remunerado das mulheres foi invisibilizado, e a moralidade conservadora, que naturaliza essa divisão de papéis, perpetua desigualdades de gênero. Este discurso, ao enfatizar a maternidade como valor central, desvaloriza a contribuição econômica e social das mulheres, como já observado em períodos históricos como a caça às bruxas, quando a reprodução da sociedade era controlada, e as mulheres eram relegadas a papéis subalternos, sempre atrelados ao ambiente doméstico, enquanto a vida pública era dominada pelos homens.

O foco no “equilíbrio trabalho-família” e na reinserção das mães no mercado de trabalho sugere, na verdade, uma acomodação das mulheres ao sistema econômico existente, sem tratar as barreiras estruturais que dificultam essa conciliação. A falta de políticas públicas que abordem questões como a ausência de creches adequadas, a falta de uma licença parental de qualidade e a inexistência de políticas de trabalho flexíveis que permitam a verdadeira conciliação entre a vida familiar e profissional, revelam uma visão paternalista e restritiva. A

reintegração das mulheres ao mercado de trabalho, com o foco na conciliação entre trabalho e família, não enfrenta essas barreiras, mas reforça a responsabilidade da mulher por equilibrar esses dois mundos. Foucault (2002) argumenta que o discurso não reflete apenas a realidade, mas também a constrói. Nesse sentido, o discurso de Damares constrói uma narrativa de proteção das mulheres em papéis sociais tradicionais, sem desafiar as desigualdades de gênero que persistem na sociedade.

Também, neste pronunciamento foi apresentada iniciativas contra a violência de gênero:

“No enfrentamento a violência doméstica, este governo está investindo na construção de 23 novas casas da mulher brasileira. Trabalhamos na equipagem de polícias especializadas e no treinamento de delegacias comuns, para atendimento dos protocolos necessários ao atendimento as vítimas. Reformulamos o Ligue 180, que é a central de atendimento à mulher para o recebimento de denúncias por meio de aplicativos de mensagens, além do atendimento na língua brasileira de sinais. Inserimos as operações de repressão a violência contra a mulher no calendário de ações integradas de polícia, com a prisão e o indiciamento de dezenas de milhares de agressores e a aplicação de centenas de milhares de medidas protetivas. Apresentamos ao Brasil um Plano Nacional de enfrentamento ao feminicídio, com investimentos superiores a R\$ 600 milhões de reais até 2023, com ações de cinco ministérios diferentes.” (PRONUNCIAMENTO, 2022)

Antes de iniciar a análise, vale ressaltar o trecho onde a ex-Ministra define quem são as mulheres objetos de suas políticas:

“Enxergamos todas as mulheres. São vistas e atendidas as mulheres com deficiência ou doença rara. As que cuidam de alguém com enfermidade também foram alcançadas por programas sociais. Este governo possui programas estruturados para mulheres indígenas, quilombolas, ciganas, membros de qualquer comunidade tradicional, ou mesmo para aquelas que vivem na cidade. Trabalhamos para dar tranquilidade a você, que luta por uma carreira ou pelo sustento da sua família. Nenhuma mulher ficará para trás. A mulher brasileira é sem igual, é forte, lutadora, sensível e empática. Que Deus abençoe todas as mulheres e meninas no nosso brasil.” (PRONUNCIAMENTO, 2022)

O feminicídio é definido como o homicídio de mulheres motivado por razões de gênero (BRASIL, 2015, p. 1). O transfeminicídio, por sua vez, é caracterizado como o assassinato sistemático de travestis e mulheres transexuais, configurando uma política deliberada de eliminação dessa população, impulsionada pelo ódio, repulsa e preconceito (BENEVIDES e NOGUEIRA, 2020, p. 7). No entanto, conforme aponta o *Dossiê de Assassinatos e da Violência contra Pessoas Trans em 2019*, o compromisso do governo em proteger a vida das mulheres

não contemplou as especificidades vivenciadas pelas mulheres transexuais (BENEVIDES e NOGUEIRA, 2020). E a omissão do Estado diante dos altos índices de violência e homicídios brutais contra essa população evidencia uma nova configuração da lógica de perseguição histórica às mulheres — caça às bruxas, que, no contexto atual, se manifesta pelo extermínio da população trans.

Diante desses dados, percebe-se que a gestão de Damares Alves não adotou uma abordagem interseccional em suas políticas públicas, uma vez que seus programas não estavam alinhados com demandas sociais mais amplas. Ao ignorar as especificidades de diferentes grupos de mulheres, especialmente as transexuais, suas políticas reforçaram a exclusão e a marginalização dessas populações. Simone de Beauvoir já alertava que o estigma do feminino poderia levar ao adoecimento das mulheres, e, no contexto atual, essa marginalização extrema resulta no epistemicídio da população trans — a negação de suas experiências, identidades e direitos fundamentais. Esse apagamento institucionalizado não apenas perpetua desigualdades, mas também legitima a violência e a omissão do Estado diante do extermínio dessas pessoas.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscou-se, no decorrer desta monografia, realizar uma breve análise sobre o impacto das direitas brasileiras na formulação de políticas públicas para as mulheres. Para tanto, estudou-se a presença do perfil conservador na atuação de Damares Alves, por meio de seu discurso de posse ao cargo de Ministra da Mulher, da Família e Direitos Humanos. A partir, também, de um balanço de governo realizado pela própria ministra, examinamos como o perfil conservador moldou as políticas públicas para as mulheres de modo contrário às conquistas e perspectivas do movimento feminista e do transfeminismo.

Os discursos analisados foram marcos importantes em seu governo e serviram como amostras para a análise proposta. O discurso de posse foi o primeiro contato oficial de Damares Alves enquanto Ministra da Mulher, Família e dos Direitos Humanos, funcionando tanto como uma apresentação pessoal quanto um indicativo das diretrizes que pretendia seguir durante sua gestão. Já sobre o pronunciamento que fez, com respeito ao balanço das políticas públicas para as mulheres, expôs as políticas que foram implementadas e pensadas ao longo de seu mandato, proferido poucos meses antes de sua exoneração. Por essa razão, esse pronunciamento pode ser considerado a manifestação oficial mais fiel à realidade de sua gestão.

De acordo com Foucault (2002), o discurso reflete as relações sociais de poder. Dessa forma, a prática discursiva pode auxiliar para a manutenção ou desmantelo dessas estruturas hierárquicas. É no discurso que se materializam aspectos ideológicos e hegemônicos, potencializando sua dominação, uma vez que, quanto mais difundida uma ideologia, mais sólida será sua hegemonia.

Sabendo que o processo de produção de políticas públicas é essencialmente político (CAPELLA, 2018 apud ZITTOUN, 2014), a definição de problemas e soluções abarcam critérios que não são estritamente técnicos. De acordo com a abordagem de Zittoun, apresentada por Capella (2018), a politização transforma uma questão particular em um problema de interesse público. Nesse contexto, a construção de narrativas desempenha um papel especial, já que a forma como um problema é definido e comunicado pode determinar sua entrada na agenda política e a urgência atribuída para solucioná-lo.

A pesquisa alcançou os objetivos propostos ao identificar valores conservadores no discurso político da ex-ministra, como, por exemplo, a valorização da instituição familiar, a oposição tanto ao aborto quanto à "ideologia de gênero" e a promoção de um conceito tradicional do que se entende por feminino. Esta posição conservadora se traduziu em políticas

marcadas pelo individualismo e pela meritocracia, desconsiderando as interseccionalidades e a diversidade das experiências femininas, como as vividas pelas mulheres transexuais. Isso não apenas marginalizou essas experiências, mas também perpetuou um discurso que enfraqueceu a luta pelos direitos iguais e pela igualdade de gênero, criando um ambiente hostil para as vozes progressistas dentro do movimento feminista.

O autor Luis Felipe Miguel (2021) observa que o uso exacerbado de termos como “valores”, “tradição”, “família”, “religião” e “pátria” contribuiu para a construção de um pânico moral que sugeria um repúdio à “ideologia de gênero”. Este pânico foi legitimado por uma retórica que representava o avanço das pautas dos movimentos feministas e LGBTQIA+ como uma ameaça à família – entendida como o arranjo tradicional, heteronormativo e baseado na dominação masculina. Contudo, se a “ideologia de gênero” consiste na “vigência dos estereótipos que associam automaticamente cada sexo biológico a um conjunto determinado de comportamentos” (MIGUEL, 2021, p. 3), vale analisar que o que essa direita prega é, também, uma ideologia.

Além disso, é importante salientar que existe uma divergência quanto ao entendimento do termo “ideologia de gênero”. Para as teorias feministas e *queer*, o combate à “ideologia de gênero” refere-se à luta pela desconstrução dos papéis sociais de gênero, permitindo que os indivíduos ajam para além das expectativas que lhes foram impostas. Por outro lado, para os grupos conservadores, esta expressão é utilizada como um mecanismo de defesa das estruturas sociais vigentes, contribuindo para a manutenção da desigualdade e da perpetuação de estereótipos de gênero.

Estou injetando testosterona em mim mesmo a cada dez dias. Também mudei meu nome para Paul. Crescem pelos nas minhas pernas. Enquanto isso, meu rosto está se transformando no rosto de Paul. Entre linguagem e moléculas bioquímicas, fabrica-se uma subjetividade política. *Mas apenas quando os outros começam a me chamar de Paul que eu me torno Paul: eu devo a eles o meu nome. Eu devo a eles a possibilidade de tirar o gênero dos trilhos.* (PRECIADO, 2018, itálico nosso)

É importante, também, reconhecer que outras manifestações discursivas poderiam enriquecer a compreensão deste estudo. Damares costumava se apresentar “como uma figura materna, quase sempre vestida de rosa e muitas vezes carregando símbolos religiosos” (HUMMELGEN, 2022, p. 8). Em entrevistas, dizia com frequência que se considerava como “feminina, não feminista” e que “não têm pelo nas axilas”, apesar de lutar contra a violência doméstica (HUMMELGEN, 2022, p. 8 apud AGUIAR; LONDRES, 2020; MORAIS, 2020).

Apesar de não se aprofundar nestes e em outros discursos, o presente estudo permitiu identificar a visão tradicionalista de família, a rejeição a pautas feministas e a priorização de ações alinhadas à moral religiosa no perfil da ex-Ministra.

Outra limitação do presente trabalho foi não abarcar outros fatores que também influenciam o processo de construção de políticas públicas. Nesse sentido, o estudo dos governos deve levar em consideração os instrumentos que possibilitam as definições das estratégias, como a mobilização de recursos diversos, as ferramentas de regulação do Estado, a capacidade de o governo arrecadar e distribuir recursos financeiros, além da sua estrutura organizacional (Campello, 2019). Dessa forma, embora a escolha dos discursos tenha permitido traçar uma relação entre o perfil político e as políticas públicas formuladas, não foi possível realizar uma análise aprofundada sobre os demais instrumentos de políticas públicas presentes em seu processo de formulação.

De toda forma, os objetivos propostos inicialmente foram, de fato, alcançados em grande medida, mesmo considerando a limitação encontrada. Foi possível identificar como os discursos perpassam ideologias conservadoras e como essas ideologias impactaram as políticas públicas para mulheres, concordando com Isabela Hümmelgen ao concluir que “o projeto neoliberal e a ideologia conservadora se articulam na configuração das relações de gênero e cuidado no governo Bolsonaro” (2022, p. 16).

A análise discursiva realizada nesta monografia alcançou conclusões semelhantes às de Hümmelgen (2022) ao examinar duas outras políticas de Damares Alves, que não foram abordadas neste trabalho: a campanha “A Força da Mulher Brasileira” e o programa “Equilíbrio Trabalho-Família”. Embora tratem de iniciativas distintas, ambos os estudos identificaram, de forma clara e abrangente, a lógica neoliberal subjacente ao governo conservador. Ao promover a privatização do cuidado, fomentar o individualismo e deslegitimar a ação do Estado na proteção das camadas mais vulneráveis da sociedade, Damares Alves acaba por fortalecer as relações de poder existentes e perpetuar a lógica que desconsidera as necessidades coletivas das mulheres e dos grupos marginalizados.

Esta monografia também contribui com a necessidade de compreender a “atual posição da mulher na sociedade brasileira no que diz respeito à luta por aquisição de direitos e por reconhecimento” (BARCELLOS; RECKIEGEL, 2020, p.76 apud HONNETH, 2007). De acordo com Barcellos e Reckiegel, a luta feminista busca dismantlar a construção histórica de um indivíduo universal – representado por um homem cisgênero, branco e com propriedade

(2020 apud HONNETH, 2007). Apesar de o movimento feminista, desde a sua primeira onda, ter conquistado direito e espaço ao longo da história, ainda enfrenta desafios significativos.

Entre os principais desafios na promoção dos direitos das mulheres no Brasil, destaca-se a persistente violência de gênero, que se manifesta em altos índices de feminicídio. Apesar dos avanços legais, como a Lei Maria da Penha, a cultura patriarcal ainda minimiza a gravidade dessas agressões e dificulta o acesso das vítimas à justiça e à proteção adequada. Além disso, a interseccionalidade das opressões é um fator relevante, especialmente para grupos de mulheres que enfrentam discriminação adicional, como aquelas pertencentes a comunidades indígenas, negras ou LGBTQIA+ (BARCELLOS; RECKIEGEL, 2020).

De acordo com Letícia Nascimento a Lei Maria da Penha é um “ataque frontal aos direitos das mulheres transexuais e travestis que poderiam se beneficiar do conceito sociocultural expresso em ‘violência de gênero’” (2021, p. 106). Isto porque o texto da lei não inclui adequadamente os transfeminicídios, colocando em evidência a necessidade de uma hermenêutica mais abrangente para garantir que violências específicas contra pessoas trans sejam reconhecidas e punidas de forma eficaz. Fato que também é observado no próprio discurso da Damares e na organização do MMDFH, ao excluir a população trans da Pasta da mulher.

Por conseguinte, buscou-se tensionar os discursos (cis)sexistas e evidenciar as marcas de opressão vivenciadas por mulheres transexuais, uma demanda latente do transfeminismo, conforme destaca Letícia Nascimento (2021). O movimento transfeminista reivindica uma abordagem interseccional que garanta a visibilidade dessas mulheres perante o Estado, possibilitando sua ocupação de espaços de fala e escuta. Além disso, busca-se que a violência por elas sofrida seja reconhecida e incorporada às pautas de outros movimentos de luta (NASCIMENTO, 2021).

O transfeminismo surge de uma insuficiência do movimento feminista em atuar além da lógica de políticas identitárias que naturalizam a noção de mulher. “Se o feminismo foi uma resposta às configurações de poder do século XIX, o transfeminismo busca desfazer o poder neoliberal contemporâneo” (PRECIADO, 2018, p.10). Ou seja, enquanto o feminismo, historicamente, concentrou-se em conquistar direitos legais e a inclusão das mulheres nas instituições de poder, através de leis, políticas e estruturas sociais, o transfeminismo propõe que a verdadeira fonte de poder reside em aspectos mais dinâmicos e sutis da sociedade, como logística, infraestrutura, redes sociais e técnicas culturais.

Esta monografia encerra-se, portanto, propondo que seja realizado um estudo sobre as dinâmicas de poder identificadas por Paul Preciado neste cenário contemporâneo de ascensão de discursos direitistas. Para compreender e combater as formas contemporâneas de opressão, devemos ir além das tradicionais configurações de poder, tais como as leis e as instituições, e voltar nossa atenção para as redes que moldam as interações sociais e a construção de subjetividades. Nesse contexto, a análise das redes sociais, da micropolítica e da cultura, tal como proposto por Foucault na obra *Microfísica do Poder* (1998) torna-se um caminho interessante.

O conceito foucaultiano de *microfísica do poder* se refere à modulação de comportamentos e identidades a partir das dinâmicas de poder sofridas por cada indivíduo. De acordo com Rodrigues (2022), ao "desmantelar" a ideia de uma história ontológica e metafísica, que se vê como separada das ações humanas, a proposta é recuperar os antagonismos e as contradições que são inerentes à vida social. Dessa forma, a compreensão da história se torna mais rica e complexa, permitindo um exame crítico do poder e das relações sociais a partir de uma perspectiva que leva em conta as experiências individuais e coletivas.

Dessa maneira, ainda dialogando com o filósofo francês, entendemos que discutir e refletir sobre os discursos hegemônicos nos permite revelar significados ocultos ou implícitos na linguagem, auxiliando-nos na interpretação e na explicação da realidade social. Ao interpretarmos os discursos que permeiam nossa compreensão de gênero e sexualidade, podemos expor as narrativas dominantes que Preciado (2018) e Letícia Nascimento (2021) sugerem que precisam ser desconstruídas para avançar na luta transfeminista. A análise das representações culturais e da linguagem, conseqüentemente, pode nos ajudar a entender como essas configurações operam no nível do cotidiano e contribuem para naturalizar e perpetuar desigualdades.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARCELLOS, Daniela Silva Fontoura de; RECKIEGEL, Tânia Regina Silva. Um Balanço sobre os Direitos da Mulher por Ocasão dos 30 Anos de Vigência da Constituição de 1988. **Direitos Sociais e Políticas Públicas**, São Paulo, v. 8, n. 1, p. 73-97, fev. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.25245/rdspp.v8i1.656>. Acesso em: 11 jun. 2023.

BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo: fatos e mitos**. 4. ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970.

BENEVIDES, Bruna G.; NOGUEIRA, Sayonara Nayder Bonfim (org.). **Dossiê: assassinatos e violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2019**. São Paulo: Expressão Popular, ANTRA, IBTE, 2020. 80 p. Disponível em: <https://antrabrasil.org/wp-content/uploads/2020/01/dossic3aa-dos-assassinatos-e-da-violc3aancia-contra-pessoas-trans-em-2019.pdf>. Acesso em: 22 jan. 2025.

BOBBIO, Norberto. **Direita e esquerda: razões e significados de uma distinção política**. São Paulo: Unesp, 1994.

BRASIL. Lei nº 13.104, de 9 de março de 2015. Altera o art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o feminicídio no rol dos crimes hediondos. **Diário Oficial da União**, Brasília, 10 mar. 2015. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/113104.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113104.htm). Acesso em: 02 nov. 2024.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, durante Cerimônia de Posse no Congresso Nacional – Brasília, 1º de janeiro de 2019. **Gov.br**, Brasília, 2018. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/discursos-artigos-e-entrevistas/presidente-da-republica/presidente-da-republica-federativa-do-brasil-discursos/jair-messias-bolsonaro-2019-2022/discurso-do-presidente-da-republica-jair-bolsonaro-durante-cerimonia-de-posse-no-congresso-nacional-brasilia-1-de-janeiro-de-2019>. Acesso em: 02 nov. 2024.

BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania. **Pronunciamento Nacional da Ministra** [Vídeo]. **Youtube**, 2022. Disponível em: <https://youtu.be/PANUzZUdkAg>. Acesso em: 18 jan. 2025.

CANALGOV. Cerimônia de transmissão de cargo à Ministra da Mulher, Família e Direitos Humanos, Damares Alves [Vídeo]. **Youtube**, 2 jan. 2019. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=2Qz\\_tS6zofg](https://www.youtube.com/watch?v=2Qz_tS6zofg). Acesso em: 18 jan. 2025.

CAPELLA, A. C. N. **Formulação de Políticas Públicas**. Brasília: Escola Nacional de Administração Pública (Enap), 2018. Disponível em: <https://repositorio.enap.gov.br/handle/1/3332>. Acesso em: 06 dez. 2024.

COUTINHO, João Pereira. **As ideias conservadoras explicadas a revolucionários e reacionários**. São Paulo: Três Estrelas, 2014.

CRENSHAW, Kimberlé. Mapping the Margins: Intersectionality, identity politics, and violence against women of color. **Stanford Law Review**, v. 43, n. 6, p. 1241-1299, 1991. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/1229039>. Acesso em: 14 mar. 2024.

CRUZ, Sebastião Velasco e; KAYSEL, André; CODAS, Gustavo (org.). **Direita, Volver!:** o retorno da direita e o ciclo político brasileiro. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2015. 304 p. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/editora/wp-content/uploads/sites/17/2017/05/Direita-volver-Final.pdf>. Acesso em: 20 out. 2025.

DAVIS, Angela. **Women, race & class**. Nova Iorque: Random House Inc, 1981.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS – DIEESE. **Mulheres:** inserção no mercado de trabalho, 2023. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/infografico/2023/infograficosMulheres2023.html>. Acesso em: 25 jan. 2025

DIAS, Tayrine; BÜLOW, Marisa von; GOBBI, Danniell. Populist Framing Mechanisms and The Rise of Right-Wing Activism in Brazil. **Latin American Politics and Society**, Cambridge, v. 63, n. 3, p. 69-92, 2021. Disponível em: <https://nbn-resolving.org/urn:nbn:de:0168-ssoar-78256-1>. Acesso em: 10 mar. 2023.

DUARTE, Jorge; BARROS, Antônio (orgs). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação:** análise do discurso. V. 2. São Paulo: Atlas, 2012.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa:** mulheres, corpo e acumulação primitiva. São Paulo: Elefante, 2004.

FONTES, Mariana Levy Piza. Direito e implementação de políticas públicas: caminhos para uma agenda de pesquisa. **Revista Direito GV**, São Paulo, v. 19, p. e2313, 2023. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/revdireitogv/article/view/89240>. Acesso em: 24 dez. 2024.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso:** aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Brasília: Loyola, 1996.

FOUCAULT, Michel. **Ditos e escritos**. v. 4 (Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003. Estratégia, poder-saber).

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1998.

GAUCHET, Marcel. **La condition historique**. Paris: Gallimard, 2007.

GIBSON, James L. The Role of the Right in the Political System. *In: The Right in the Political System*. New York: Routledge, 2009.

HOOKS, Bell. Feminism is for everybody: passionate politics. Cambridge: South end Press, 2000. Disponível em: <https://files.libcom.org/files/hooks%20-%20Feminism%20is%20for%20Everybody.pdf>. Acesso em: 17 out. 2024.

HÜMMELGEN, Isabela. Políticas neoliberais de Damares Alves: uma análise a partir da teoria da reprodução social. **Cadernos Cemarx**, Campinas, SP, v. 16, n. 00, p. e022006,

2022. DOI: 10.20396/cemarx.v16i00.17285. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/cemarx/article/view/17285> . Acesso em: 18 jan. 2025.

LAURETIS, Teresa de. A tecnologia de gênero. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de. **Pensamento feminista: conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

LUKES, Steven. **Power: a radical view**. 2. ed. London: Macmillan, 2005.

LUNA, Naara. Conservadorismo na política no governo Bolsonaro: novas articulações, valores religiosos e pauta de costumes. **Revista Cultura y Religion**, [s. l.], ano 2023, v. 17, n. 6, p. 1-29, 21 jun. 2023. Disponível em: <https://www.scielo.cl/pdf/cultrelig/v17/0718-4727-cultrelig-17-6.pdf>. Acesso em: 12 fev. 2025.

MARQUES, Eduardo Cesar. Notas críticas à literatura sobre estado, políticas estatais e atores políticos. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, São Paulo, n. 43, p. 67-102, 1997. Disponível em: <https://bibanpocs.emnuvens.com.br/revista/article/view/184>. Acesso em: 8 jan. 2024.

MIES, Maria. **Patriarchy and Accumulation on a World Scale: Women in the International Division of Labour**. London: Zed Books, 1986.

MIGUEL, Luis Felipe. O mito da “ideologia de gênero” no discurso da extrema direita brasileira. **Cadernos Pagu**, n. 62, p. e216216, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/CsFcz5vm5bLSxhPN3LHDYkk/>. Acesso em: 12 fev. 2024.

NASCIMENTO, Letícia Carolina Pereira do. **Transfeminismo**. São Paulo: Jandaíra, 2021. 192 p.

ORTEGA, Gabriela Jesus de Souza. Análise crítica do discurso de Damares Alves: que humanos são contemplados por esses direitos? In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 6., 2019, Campina Grande. **Anais eletrônicos [...]**, Campina Grande: Realize Editora, 2019. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/59005>. Acesso em: 22 jan. 2025.

PEDRO, Joana Maria. O Feminismo de "Segunda Onda", Corpo, Prazer e Trabalho. In: PEDRO, Joana Maria; PINSKY, Carla Bassanezi. (org.) **Nova História das Mulheres no Brasil**. 1 ed. São Paulo: Contexto, 2012. p. 238 - 259.

PRECIADO, Paul Beatriz. **Manifesto contrassexual: práticas subversivas de identidade sexual**. Tradução de Maria Paula Gurgel Ribeiro. 2. ed. Rio de Janeiro: N-1 Edições, 2017.

PRECIADO, Paul Beatriz. **Transfeminismo**. São Paulo: n-1 edições, 2018. Disponível em: [https://issuu.com/n-1publications/docs/cordel\\_preciado](https://issuu.com/n-1publications/docs/cordel_preciado).

RAMOS, José. **A crise do poder em 1961**. Rio de Janeiro: Zahar, 1961.

REIS, João. **A mobilização popular e as reformas de base**. 2001.

RODRIGUES, Rafael Antonio. **La nación estadounidense en la obra tardía de Samuel Huntington: una crítica poscolonial al modelo hegemónico de identidad nacional en los**

Estados Unidos (1991-2020). Orientador: Mario Alberto Rufer e Susane Rodrigues de Oliveira. 2023. 307 p. Tese (Doutorado em Humanidades) - Instituto de Ciências Humanas Departamento de História (ICH HIS), Cidade de México, 2022. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/handle/10482/46192>. Acesso em: 12 fev. 2025.

SKOCPOL, Theda. Bringing the State Back In: Strategies of Analysis in Current Research. *In: EVANS, Peter; RUESCHEMEYER, Dietrich; SKOCPOL, Theda (orgs.). **Bringing the State Back In**. Cambridge: Cambridge University Press, 1985.*

SOIHET, Rachel. A conquista do espaço público. *In: PEDRO, Joana Maria; PINSKY, Carla Bassanezi (orgs.). **Nova história das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2012. p. 218-237.*

VERGUEIRO, Viviane. Pensando a cisgeneridade como crítica decolonial. *In: MESSEDER, Suely; CASTRO, Mary Garcia; MOUTINHO, Laura (orgs.). **Enlaçando sexualidades: uma tessitura interdisciplinar no reino das sexualidades e das relações de gênero**. Salvador: EDUFBA, 2016. p. 249-270.*

WOLLSTONECRAFT, Mary. **Reivindicação do direito das mulheres**. São Paulo: Boitempo: Iskra, 2016.

WU, Xun *et al.* **Guia de políticas públicas: gerenciando processos**. Brasília: Escola Nacional de Administração Pública (Enap), 2014. p. 160. Disponível em: <https://repositorio.enap.gov.br/handle/1/2555>. Acesso em: 14 fev. 2025.

ZIRBEL, Ilze. Ondas do Feminismo. **Blog de Ciência da Universidade Estadual de Campinas: Mulheres na Filosofia**, v. 7, n. 2, 2021, p. 10–31. Disponível em: <https://www.blogs.unicamp.br/mulheresnafilosofia/ondas-do-feminismo/>. Acesso em: 9 jan. 2025.